

CE 2022

RESILIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROPOSTA DO ORÇAMENTO DO ESTADO



ANEXOS INFORMATIVOS

ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO	6
2.	DIAGNÓSTICO DA CONJUNTURA ECONÓMICA E PERSPETIVAS	7
2.1.	Evolução Recente	7
2.1.1.	Economia Internacional.....	7
2.1.2.	Economia Nacional	10
2.2.	Cenário Macroeconómico 2022	16
2.2.1.	Economia Internacional.....	16
2.2.2.	Economia Nacional	17
3.	RECEITAS E DESPESAS – EVOLUÇÃO RECENTE E PROJEÇÕES.....	22
3.1.	Evolução Recente das Finanças Públicas	22
3.1.1.	Apreciação Global.....	22
3.1.2.	Receitas do Estado	23
3.1.3.	Despesas Totais.....	25
3.1.4.	Ativos não Financeiros.....	26
3.1.5.	Financiamento <i>versus</i> Dívida Pública	27
3.2.	Evolução e Projeções das Receitas e Despesas	27
3.2.1.	Receitas Totais.....	27
3.2.1.1.	Impostos	28
3.2.1.1.1.	Imposto sobre o Rendimento (IR).....	29
3.2.1.1.1.1.	Outros Impostos sobre Rendimentos (OIR)	29
3.2.1.1.1.2.	Impostos sobre Bens e Serviços (IBS).....	30
3.2.1.1.1.3.	Impostos sobre Transações Internacionais (ITI)	30
3.2.1.1.1.4.	Outros Impostos	31
3.2.1.1.2.	Donativos e Transferências	31
3.2.1.1.2.1.	Donativos Diretos.....	31
3.2.1.1.2.2.	Ajuda Orçamental Donativos	33
3.2.1.1.3.	Outras Receitas.....	34
3.2.1.1.4.	Vendas de Ativos Não Financeiros	35
3.2.2.	Despesas Totais e Ativos Não Financeiros	36
3.2.2.1.	Por Classificação Económica.....	36
3.2.2.1.1.	Despesas Correntes incluindo Transferências de Capital	36
3.2.2.1.1.1.	Despesa com Pessoal	37
3.2.2.1.1.2.	Aquisição de Bens e Serviços.....	39
3.2.2.1.1.3.	Juros e Outros Encargos.....	40
3.2.2.1.1.4.	Subsídios.....	41
3.2.2.1.1.5.	Transferências Correntes.....	41
3.2.2.1.1.6.	Benefícios Sociais	42
3.2.2.1.1.7.	Outras Despesas.....	42
3.2.2.1.2.	Ativos não Financeiros.....	43
3.2.2.2.	Despesas Totais por Tipo de Financiamento.....	44
3.2.2.3.	Classificação Funcional	46
4.	RECEITAS CONSIGNADAS E RESPETIVAS CONTRAPARTIDAS EM DESPESAS	52

5.	DÍVIDA PÚBLICA E PASSIVOS CONTINGENTES	53
5.1.	Dívida Pública	53
5.1.1.	Dívida Interna	54
5.1.2.	Dívida Externa	55
5.1.3.	Programação/Financiamento para 2022.....	57
5.1.4.	Empréstimos de Retrocessão	58
5.2.	Avales e Garantias	59
6.	POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	62
7.	MAPA DAS PREVISÕES DE ACRÉSCIMOS DE DESPESA COM O PESSOAL E ENGARGOS PROVISIONAIS	64
8.	OPERAÇÕES DE TESOURARIA E CONTAS DO TESOURO.....	65
9.	SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....	66
10.	SITUAÇÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL.....	69
11.	BENEFÍCIOS FISCAIS E ESTIMATIVA DA RECEITA CESSANTE.....	72
11.1.1.	Direção Geral das Contribuições de Impostos (DGCI)	72
11.1.1.1.	Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de Benefício Fiscal ...	73
11.1.1.2.	Despesa Fiscal em sede do IRPC, por sector de atividade	75
11.1.1.3.	Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Concelho	76
11.1.1.4.	Despesa Fiscal em sede do IVA – Mercado Interno, por modalidade de BF	77
11.1.2.	Direção Geral das Alfândegas	78
11.1.2.1.	Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por impostos.....	78
11.1.2.2.	Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por sector de atividade.....	79
11.1.2.3.	Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Concelho.....	80

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Evolução do Crescimento Económico Mundial	7
Gráfico 2 - Evolução Mensal das Taxas de Inflação e de Desemprego – EUA, EA e UK	9
Gráfico 3 - Evolução Mensal dos Preços de Commodities.....	10
Gráfico 4 - PIB Real na Ótica da Oferta	11
Gráfico 5 - PIB Real na ótica da Demanda	12
Gráfico 6 - Evolução das Taxas de Inflação	14
Gráfico 7 - Evolução do Saldo da Conta Corrente	15
Gráfico 8 - Evolução da Procura Turística e da Receita de Turismo	18
Gráfico 9 - Evolução e Perspetiva do Índice de Preços.....	18
Gráfico 10 - Evolução das Contas Externas (Balanço de Pagamentos).....	20
Gráfico 11 - Evolução do Défice e da Dívida Pública, em % PIB	20
Gráfico 12 - Evolução do Sector Monetário	21

Gráfico 13 - Evolução do Saldo Global e do Saldo Corrente Primário	23
Gráfico 14 - Evolução da Dívida Pública em % do PIB	53
Gráfico 15 - Característica da Dívida Externa	55
Gráfico 16 - Dívida Externa por Moeda de Contratação	56
Gráfico 17 - Evolução do Serviço da Dívida	57
Gráfico 18 - Recursos Mobilizados por Sector – 2022.....	58
Gráfico 19 - Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de Benefício Fiscal - Ano 2020	74
Gráfico 20 - Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por imposto – Ano 2020	79

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Enquadramento internacional – principais hipóteses	16
Tabela 2 - Principais Indicadores Orçamentais	22
Tabela 3 - Evolução das Receitas Fiscais	28
Tabela 4 - Evolução Donativos Diretos por Financiador	32
Tabela 5 - Evolução e Projeções das Outras Receitas	34
Tabela 6 - Evolução das Despesas	36
Tabela 7 - Evolução das Despesas por Tipo de Financiamento	45
Tabela 8 - Evolução da Ajuda Orçamental.....	46
Tabela 9 - Evolução Funcional	49
Tabela 10 - Principais Indicadores de Dívida	54
Tabela 11 - Empréstimos de Retrocessão	59
Tabela 12 - Stock de Avals e Garantias.....	60
Tabela 13 - Avals e Garantias para 2022.....	61
Tabela 14 - Variação de Benefícios Fiscais no período 2019 a 2021.....	72
Tabela 15 - Despesa Fiscal - DGCI, 2019 a 2021	73
Tabela 16 - Benefícios Fiscais em sede do IRPC, por Modalidade de Benefício Fiscal	74
Tabela 17 - Despesa Fiscal em sede de IRPC, por Sector de Atividade	75
Tabela 18 - Despesa Fiscal em sede de IRPC, por Concelho	76
Tabela 19 - Despesa Fiscal em sede do IVA_ Mercado Interno, por Modalidade de Benefício Fiscal.....	77
Tabela 20 - Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por imposto	78
Tabela 21 - Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por sector de atividade	80
Tabela 22 - Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Concelho	80
Tabela 23 - Estimativa da Receita Cessante DGCI, para o ano económico 2022	81
Tabela 24 - Estimativa da Receita Cessante DGA, para o ano económico 2022	82
Tabela 25 - Estimativa da Receita Cessante DGCI e DGA, para o ano económico 2022.....	82

1. ENQUADRAMENTO

1. O OE 2022 é elaborado à luz da Lei de Bases do OE (LBOE), Lei n.º 55/XI/2019, de 1 de julho, nos termos previstos no artigo 97º, conjugado com o artigo 98º, ambos do referido diploma. Diploma este que determina os conteúdos e estrutura do OE, designadamente: o articulado da proposta de Lei, os anexos informativos, os mapas orçamentais e as fichas de programas.
2. O presente documento tem como objetivo apresentar de uma forma clara e transparente os conteúdos exigidos aos anexos informativos, em complemento ao Relatório de Enquadramento do OE 2022, sendo que ambos, juntamente com os mapas orçamentais acompanham a Proposta de Lei do OE 2022.
3. A estrutura do presente documento atende ao estipulado nos artigos 36º e 37º da LBOE, não constando do presente documento:
 - (i) As prioridades e metas principais da política de investimento (alínea b) do n.º 1 do artigo 36º), sendo que as políticas e as prioridades deverão ser consultadas no Relatório de Enquadramento e as metas na ficha dos programas, para além das metas anuais apresentadas no Relatório, no âmbito do orçamento programa;
 - (ii) Devido à dimensão dos ficheiros, os a seguir serão apresentados e submetidos apenas em formato digital:
 - Mapas dos efetivos, com a classificação económica, a situação funcional dos funcionários e servidores públicos, bem como pessoal reformado e pensionistas (alínea g) do n.º 1 do artigo 36º, conjugado com o artigo 37º);
 - Fichas dos programas (alínea d) do artigo 34º); e
 - Estudo Atuarial dos regimes gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (artigo 46º).

2. DIAGNÓSTICO DA CONJUNTURA ECONÓMICA E PERSPETIVAS

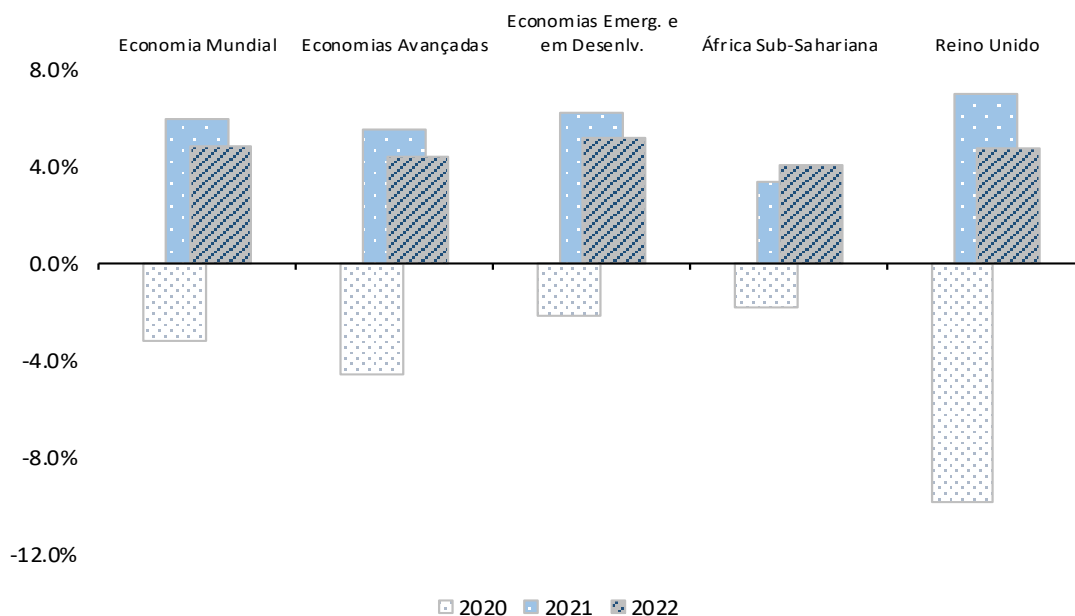
(Alínea a) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

2.1. Evolução Recente

2.1.1. Economia Internacional

4. Em 2020, a economia mundial sofreu uma profunda recessão perante desafios sem precedentes devido ao choque provocado pela pandemia da Covid-19. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostram que o PIB mundial contraiu 3,2% em 2020 (-6,0 p.p. face a 2019), tendo encolhido as economias avançadas e as emergentes e em desenvolvimento 6,2 p.p. (-4,6%) e 5,7 p.p. (-2,1%), respetivamente, face a 2019. Os níveis de inflação, em 2020, refletiram os efeitos do *lockdown* global, bem como os seus efeitos nos preços de *commodities*. De acordo com os dados do Banco Mundial, o preço do *Brent* oscilou entre 74,4 e 29,4 USD/barril ao longo do ano.

Gráfico 1 - Evolução do Crescimento Económico Mundial



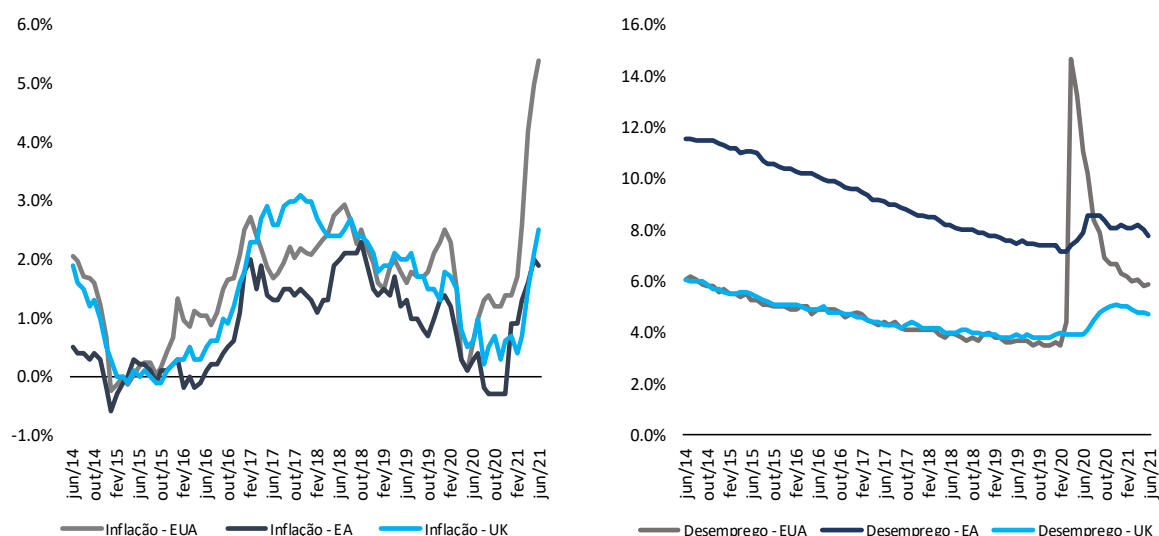
Fonte: WEO, julho 2021.

5. Entretanto, no 1º semestre de 2021, as estatísticas oficiais indicam que a atividade económica mundial apresentou um ritmo de crescimento moderado, comparativamente ao período homólogo de 2020, quando a economia mundial estava numa situação mais fraca devido ao *lockdown*. Essa dinâmica na atividade económica reflete a melhoria na situação epidemiológica global. O sector da indústria foi o que apresentou melhores resultados.
6. De acordo com as estimativas da Eurostat, o PIB da Zona do Euro aumentou 6,1% (+14,9 p.p. face ao período homólogo) no primeiro semestre de 2021, devido à melhoria no ambiente económico das famílias e empresas, pese embora um quadro macroeconómico instável e exposto a riscos diversos. As maiores economias do grupo, Alemanha (+2,8%, ante -6,6% no período homólogo), França (+9,5%, ante -12,0% no período homólogo), Itália (+7,7%, ante -12,0% no período homólogo) e Espanha (+5,6%, ante -12,9% no período homólogo), apresentaram resultados positivos no período.
7. Dados da Eurostat mostram que a taxa de desemprego vem diminuindo desde fevereiro de 2021, porém durante o 1º semestre de 2021 verificou-se um aumento de 0,6 p.p. em termos homólogos (+8,1%, ante 7,5% em 2020). No mesmo sentido, a inflação aumentou 0,8 p.p. no período (1,4%, ante 0,7% no semestre homólogo), devido aos desajustes entre a oferta e a demanda que vem ocorrendo desde o início da pandemia.
8. Quando se analisa o desempenho da maior economia do mundo, a dos Estados Unidos da América (EUA), constata-se que o PIB do 1º semestre aumentou 6,1% (+10,3 p.p. face ao registado no período homólogo), relativamente ao mesmo período do ano anterior, conforme os dados provisórios da *Bureau of Economic Analysis*. A dinâmica do PIB reflete o aumento do consumo das famílias, *do investimento privado e das* exportações de bens e serviços, não obstante o aumento nas importações de bens e serviços e a diminuição do consumo público.
9. Quanto ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego diminuiu de 8,4% no 1º semestre de 2020 para 6,1% no 1º semestre de 2021 (-2,4 p.p.). Vale salientar que em abril de 2020 a taxa de desemprego dos EUA atingiu o seu valor histórico (+14,7%) em tempos modernos, devido aos despedimentos em massa dos

trabalhadores provocados pela pandemia. Quanto aos preços, nota-se um aumento de cerca de 2,2 p.p. (+3,4%, ante +1,2% no período homólogo) em 2021, face ao período homólogo de 2020, em reflexo às pressões da demanda no mercado interno e efeitos de preços nos mercados de *commodities*.

10. Igualmente, o Reino Unido apresentou resultados positivos no 1º semestre de 2021. Os dados provisórios da *Office for National Statistics* mostram que o PIB cresceu 6,5% (+18,3 p.p. face ao período homólogo) no período. No mercado de trabalho, os dados apontam para um aumento de 3,9% no 1º trimestre de 2020 para 4,9 (+0,9 p.p.) no 1º trimestre de 2021, apesar da tendência decrescente apresentada desde janeiro de 2021. A taxa de inflação no 1º semestre, também, aumentou para 1,3% (+0,1 p.p.) no período, comparativamente ao período homólogo de 2020.

Gráfico 2 - Evolução Mensal das Taxas de Inflação e de Desemprego – EUA, EA e UK

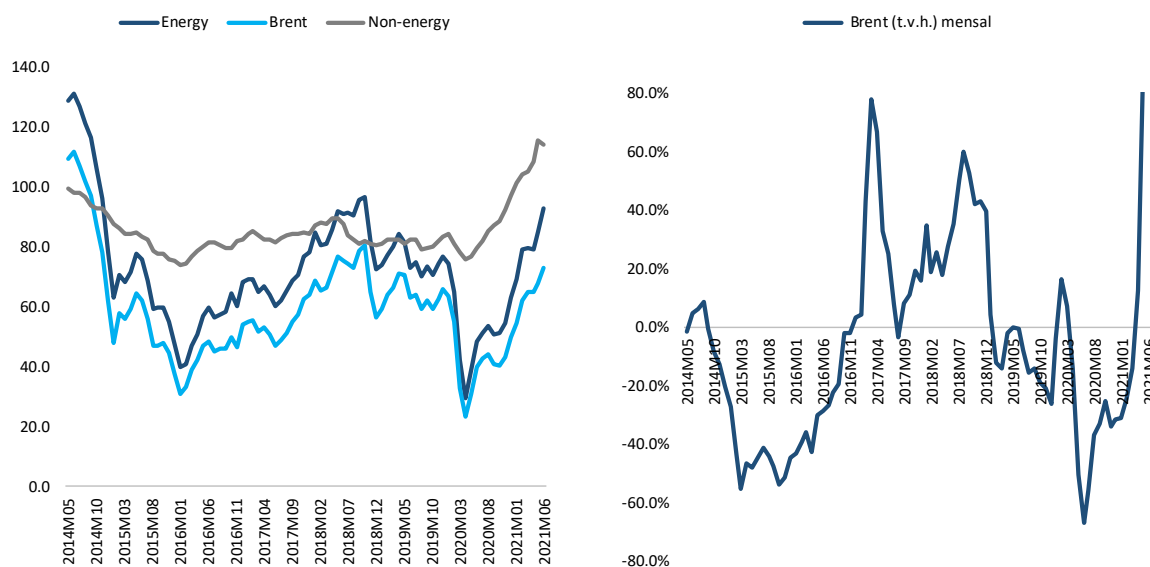


Fonte: Eurostat; *US Department of Labor*; *Officer for National Statistic*

11. As pressões inflacionistas verificadas a nível global refletem o aumento dos custos de insumos e os efeitos pontuais da reabertura de fronteiras sobre os preços de serviços. No caso dos *commodities*, os dados do Banco Mundial mostram que o índice de preços dos produtos energéticos e não energéticos

aumentaram 63,1% e 36,4%, respetivamente, no 1º semestre de 2021, face ao período homólogo.

Gráfico 3 - Evolução Mensal dos Preços de *Commodities*



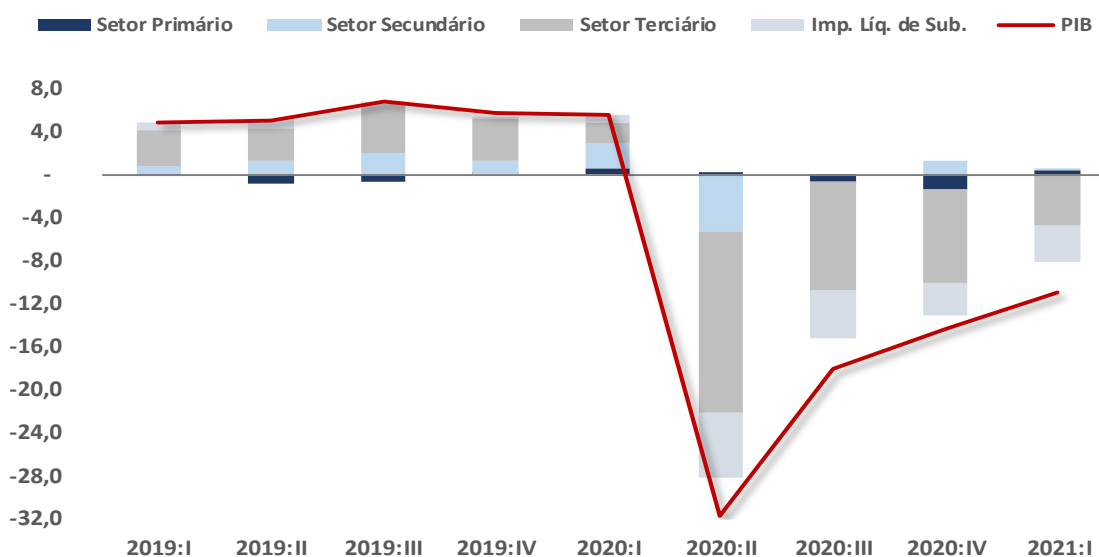
Fonte: World Bank, setembro de 2021

12. Vale frisar que, no primeiro semestre deste ano, o preço do *Brent* aumentou para 64,6 USD/barril (ante 41,0 USD/barril, no período homólogo de 2020), valor superior ao registado no mesmo período do ano transato em 23,6 USD/barril. No grupo dos produtos não energéticos, destacando os produtos agrícolas (+26,0%), esses aumentaram de forma considerável no período.

2.1.2. Economia Nacional

13. Depois do PIB apresentar a maior queda registada na sua história em 2020 (-14,8% ante 5,7% 2019), a economia cabo-verdiana continua a ser afetada pelos choques adversos da pandemia provocada pela Covid-19. No 1º trimestre de 2021, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB contraiu 11,0% (+5,6% no 1º trimestre de 2020), embora uma queda menor que o registado no trimestre anterior, dado o menor nível de confinamento.

Gráfico 4 - PIB Real na Ótica da Oferta

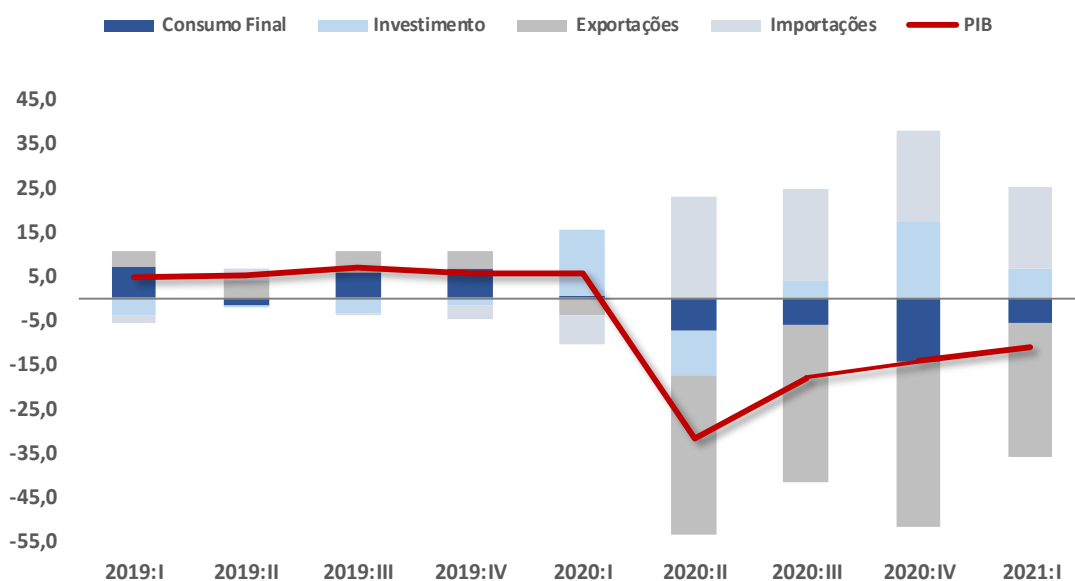


Fonte: INE

14. Na ótica da oferta, destaca-se a queda do PIB do sector terciário em 8,1% (contributo de -4,8 p.p., para o crescimento), o mais afetado pelas restrições impostas pela pandemia sobretudo *no referente à mobilidade*, afetando o *driver* do crescimento da economia nacional, o sector do turismo. Os ramos do alojamento e da restauração (-93,6%), dos serviços às empresas (-39,9%) e dos transportes (-28,6%) continuam a apresentar resultados amplamente negativos. Além do ramo de administração pública que tem mostrado um desempenho positivo nesse período crítico (crescimento de 12,1%), regista-se a recuperação do ramo do comércio (+15,5%). O sector secundário, por outro lado, apresentou um crescimento moderado de 0,4% (contributo de 0,1 p.p., para o crescimento) face ao período homólogo. Esse feito deve-se sobretudo a dinâmica verificada nos ramos da construção (+14,1%), alinhada com a execução de projetos de investimentos privados. Contudo, os subsectores da água e eletricidade (-6,2%) e da indústria transformadora, tiveram um desempenho negativo, refletindo a quebra da atividade turística, pela importância que desempenham no consumo intermédio do sector.
15. O sector primário cresceu 6,0% (contributo de 0,4 p.p., para o crescimento), graças à performance positiva verificada nos subsectores da agricultura

(+6,5%), recuperando das quedas verificadas nos dois trimestres anteriores, da pesca (+0,8%) e da indústria extrativa (+3,5%), associada à dinâmica do ramo da construção. Os Impostos Líquidos de Subsídios caíram 24,7% (contributo de -3,4 p.p.) face ao período homólogo, refletindo os baixos níveis de arrecadação dos impostos dada a contração da atividade económica.

Gráfico 5 - PIB Real na ótica da Demanda



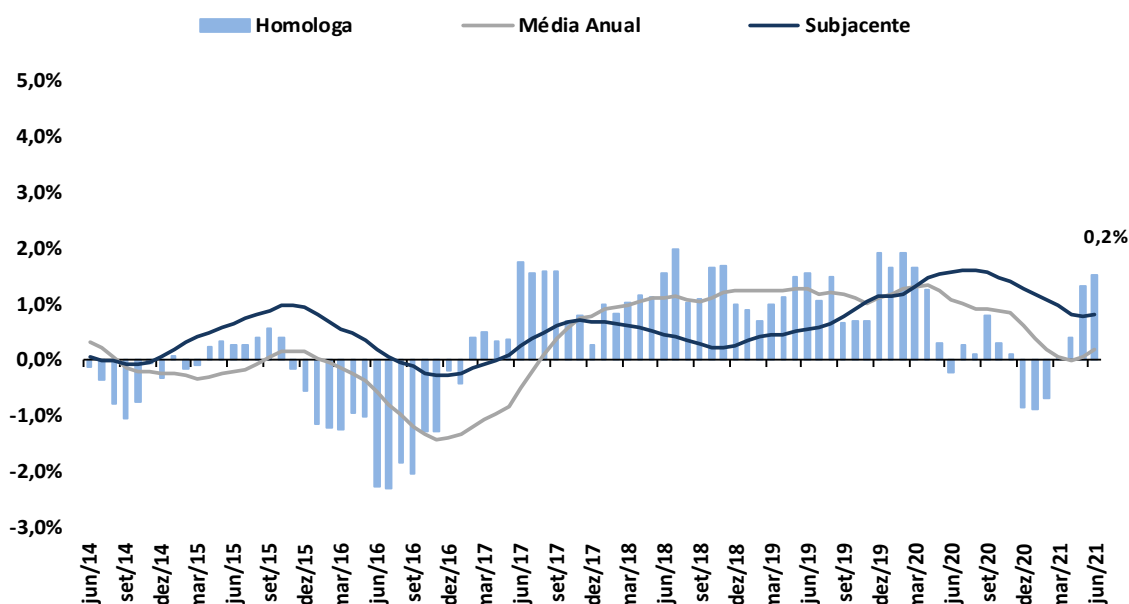
Fonte: INE

16. Do lado da demanda, esse desempenho negativo da atividade advém das exportações e das despesas de consumo privado. Dadas às restrições impostas pela Covid-19 a nível global, as exportações diminuíram 66,7% face ao período homólogo (contributo de -30,4 p.p., para o crescimento), devido às fortes reduções das exportações de bens e serviços, nomeadamente das viagens de turismo (-91,6%), dos serviços de transporte aéreo (-87,5%), dos produtos do mar (-42,3%) e do vestuário (-39,5%). O consumo privado contraiu 14,5% (contributo de -8,6 p.p., para o crescimento), *não obstante* as medidas de mitigação implementadas pelo Governo para suavizar os efeitos socioeconómicos da pandemia. Os investimentos continuaram com a trajetória de crescimento (+16,2%), refletindo a maturação de projetos privados, nomeadamente os novos estabelecimentos hoteleiros. As importações de bens,

por sua vez, caíram 28,9% (contributo de 18,6 p.p., para o crescimento), sobretudo dos bens de consumo (-8,2%), dos bens intermédios (-11,1%) e dos combustíveis (-24,2%).

17. Para o 2º trimestre de 2021, os indicadores da conjuntura apontam para a recuperação da atividade económica, sobretudo comparativamente com o mesmo período do ano passado, derivado do *lockdown* da economia. O ritmo de crescimento económico manteve a tendência ascendente do último trimestre, revelando que o clima de negócios é ligeiramente mais favorável. Essas expectativas são materializadas no aumento do consumo da energia elétrica, importação de cimentos e do movimento de passageiros nos aeroportos do país, embora a níveis inferiores ao período pré-pandemia. Espera-se que o aumento do PIB no segundo trimestre em termos homólogos atinja entre 30% a 35%, refletindo, de um lado, o efeito base e, de outro, as medidas de estímulo implementadas pelo Executivo visando mitigar os efeitos socioeconómicos da pandemia provocada pelo Covid-19, proteger empregos e aliviar a tesouraria das empresas.
18. Relativamente à dinâmica dos preços internos, dados do INE apontam que as pressões inflacionistas permaneceram fracas. A inflação média anual no período foi de 0,2% (0,0% no trimestre anterior), derivada sobretudo do comportamento dos preços internacionais dos energéticos. As classes de bens e serviços com trajetória dos preços crescentes são: transportes e bebidas alcoólicas e tabaco (+2,0 p.p., respetivamente), acessórios e equipamentos domésticos e manutenção da habitação (+1,4 p.p.), bens energéticos e comunicações (+0,8 p.p., respetivamente). A inflação subjacente, por sua vez, situou-se em 0,8%, sinalizando para alguma pressão da demanda nos preços.

Gráfico 6 - Evolução das Taxas de Inflação

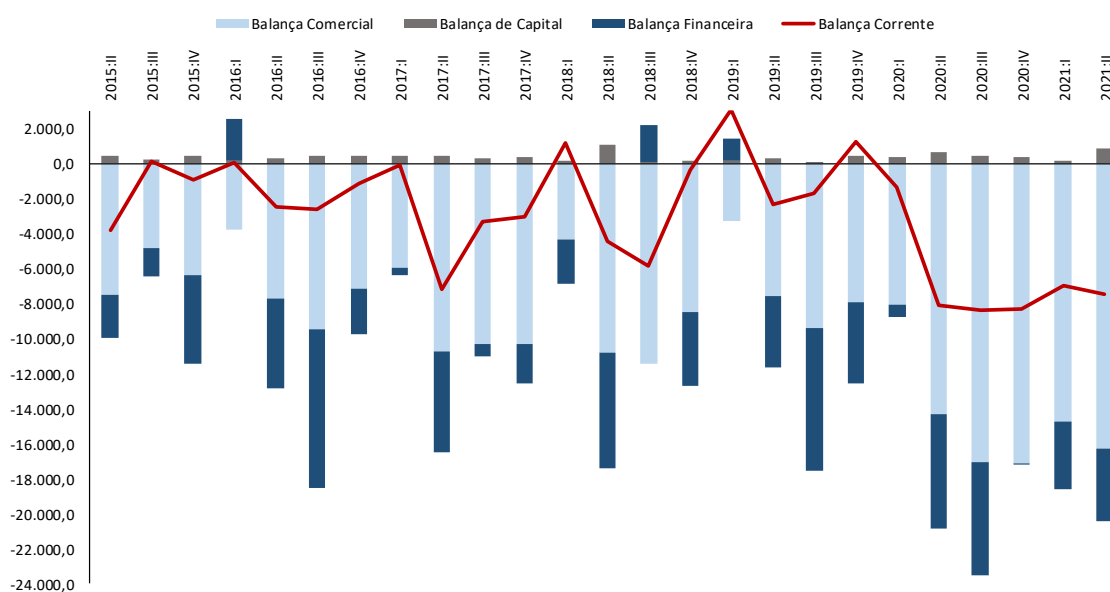


Fonte: INE

19. A posição externa de Cabo Verde no primeiro semestre de 2021 continua a ser afetada pelos impactos da pandemia da Covid-19 *na balança* de pagamentos. Conforme os dados provisórios do Banco de Cabo Verde (BCV), a balança de transações correntes apresentou um deficit considerável de cerca de 14.475 milhões de CVE (8,2% do PIB projetado). Esse resultado deve-se às quedas bruscas registadas nas exportações de bens e serviços (-41,8%) e à redução menor verificada nas importações de bens e serviços (-6,5%). O desempenho desfavorável das exportações nesse período resulta dos decréscimos das viagens de turismo (-85,0%) e dos serviços de transporte aéreo (-63,9%), dadas as restrições ainda impostas pelos países fornecedores de turistas, especialmente da União Europeia. Por outro lado, as exportações de bens cresceram 6,2%, designadamente, o peixe enlatado (+0,2%) e o calçado (+29,6 %).
20. A balança financeira apresentou um deficit de cerca de 8.041 milhões de CVE, tendo o Investimento Direto Estrangeiro registado um aumento de 72,3%, face ao período homólogo, refletindo sobretudo o efeito base e a maturação de investimentos no sector turístico e imobiliário turístico. As remessas dos emigrantes por sua vez cresceram 34,4%, refletindo a solidariedade dos

emigrantes para com os familiares, apesar do impacto do novo coronavírus no mercado de trabalho dos países acolhedores. As reservas internacionais líquidas, permitiram garantir 6,8 meses das necessidades de importações, portanto, acima do *threshold* mínimo exigido.

Gráfico 7 - Evolução do Saldo da Conta Corrente



Fonte: BCV

21. No que concerne às finanças públicas, até junho de 2021, o saldo global das contas públicas do Governo central foi negativo em 8.084 milhões de CVE (4,6% do PIB projetado), dadas as medidas implementadas pelo Executivo, para mitigar os efeitos socioeconómicos da pandemia e a queda nas receitas. O saldo corrente primário atingiu o montante de -5.594 milhões de CVE, equivalendo a um défice de 3,2% do PIB (3.023 milhões de CVE no período homólogo).
22. O stock da dívida pública, excluindo os TCMF (Títulos de Consolidados de Mobilização Financeira), atingiu 268.339 milhões de CVE, acelerando para 152,8% do PIB projetado (+ 2,7 p.p. acima do valor registado em junho de 2020), devido à contratação de novos financiamentos para fazer face à queda nas receitas. Analisando a estrutura da dívida, constata-se que o stock da dívida interna atingiu 82.019 milhões de CVE (46,7%) e o stock da dívida externa 186.321 milhões de CVE (106,1%).

23. Quanto ao sector monetário e financeiro, na primeira metade do ano, os dados provisórios do BCV indicam que a massa monetária aumentou 5,3% em relação ao período homólogo. O crédito à economia registou um crescimento de 6,3%, tendo particularmente o crédito ao sector privado crescido 6,7%, explicado pela dinâmica da linha de crédito Covid-19, bem como pelos efeitos das moratórias.

2.2. Cenário Macroeconómico 2022

2.2.1. Economia Internacional

24. As perspetivas para o crescimento económico mundial entre 2021/22 são positivas, porém permanecem condicionadas ao risco pandémico, principalmente nos mercados emergentes e em desenvolvimento, onde o progresso da vacinação foi mais lento. De acordo com as projeções do FMI de julho 2021, a economia mundial deverá crescer cerca de 6,0% em 2021 e 4,9% em 2022, devido essencialmente ao efeito base, conforme a tabela que se segue.

Tabela 1 - Enquadramento internacional – principais hipóteses

	2020	2021	2022
Economia Mundial	-3.2	6.0	4.9
Economias Avançadas	-4.6	5.6	4.4
Zona Euro	-6.5	4.6	4.3
Reino Unido	-9.8	7.0	4.8
EUA	-3.5	7.0	4.9
Economias Emerg. e em Desenvolvimento	-2.1	6.3	5.2
China	2.3	8.1	5.7
África Sub-Sahariana	-1.8	3.4	4.1
Preço do Petroleo Brent (USD/bbl)	42.3	67.8	67.3
Taxa de Juro de Curto Prazo (média anual, %)	-0.4	-0.5	-0.5
Taxa de Cambio USD/EUR (média anual)	1.14	1.19	1.18

Fonte: *European Central Bank* (BCE) - set2021, FMI - jul2021.

25. No que toca à inflação mundial denota-se que as recentes pressões sobre os preços refletem, maioritariamente, os desequilíbrios temporários entre oferta e demanda global. Na perspetiva do FMI, a inflação deverá retornar aos seus níveis

pré-pandémicos na maioria dos países em 2022, devido às pressões sobre o mercado de *commodities*. Em alguns mercados emergentes e em desenvolvimento o aumento da inflação estará, em parte, relacionado ao aumento de preços de alimentos.

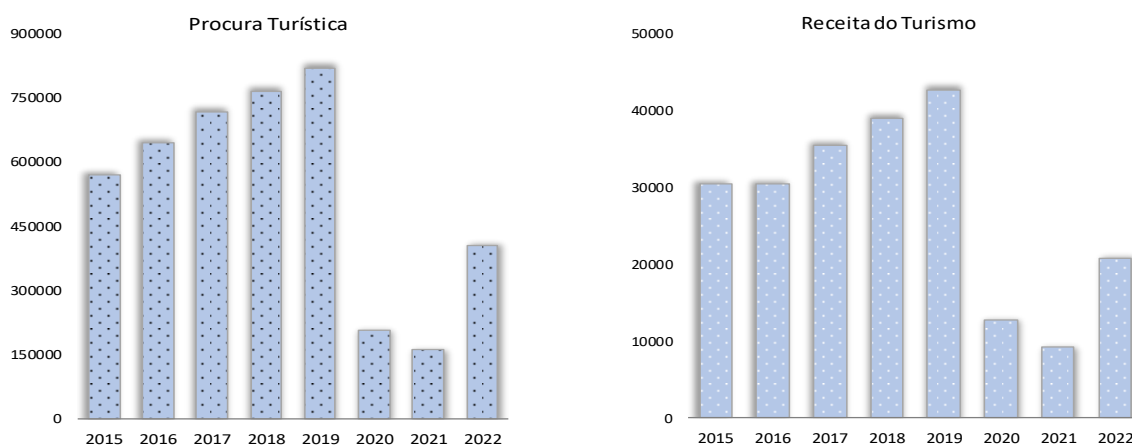
26. Pese embora o cenário instável, para 2022, as previsões para os preços futuros de energéticos (destacando o preço do *Brent*), taxas de juro (EURIBOR) e as taxas de câmbio (USD/EUR) permanecerão em níveis similares aos previstos para 2021, conforme a Tabela 1. Espera-se ainda que os bancos centrais conduzam as suas políticas monetárias no sentido de moldar as expectativas de inflação e proteger os mercados contra um aperto financeiro em tempos de crise.

2.2.2. Economia Nacional

27. No panorama nacional, os progressos na vacinação e o afrouxamento das medidas restritivas anti-Covid-19, no 2º trimestre de 2021, tanto doméstico como nos principais países parceiros de Cabo Verde, elevaram os níveis de confiança dos agentes económicos. Os dados de conjuntura económica do INE apontam para uma tendência de recuperação da atividade económica, ainda que gradual, no 2º trimestre de 2021, contudo, de forma considerável em relação ao mesmo período de 2020 (de acordo com as projeções do MFFE, o PIB deverá crescer entre 30% a 35%), explicada em larga medida pelos efeitos do *lockdown*. Os empresários de todos os sectores colocam os fatores derivados do contexto da pandemia da Covid-19 como um dos principais limitadores da atividade económica.
28. A pandemia da Covid-19 continua sendo um grande risco para o desenvolvimento macroeconómico do país, tendo em conta que a mobilidade continuará afetada também em 2022 e, conseqüentemente, a dinâmica do turismo. A Organização Mundial do Turismo (OMT) conduziu uma pesquisa global com o seu Painel de Especialistas em Turismo sobre o impacto da Covid-19 no turismo e o tempo esperado de recuperação. 49% dos especialistas esperam que somente em 2024, ou mais, o turismo internacional volte aos níveis anteriores à pandemia de 2019.

29. Essa incerteza ao nível do controle da pandemia e da retoma do turismo tem gerado constantes revisões para projeções da dinâmica económica nos países dependentes de turismo, como é o caso de Cabo Verde. Até o mês de agosto de 2021 nos aeroportos nacionais movimentaram-se cerca de 383 mil passageiros nos voos internacionais, o que representa uma redução de 43,0% em relação ao mesmo período de 2020 e 77,6% em relação a 2019 (1,7 milhões de passageiros). Portanto, para 2021 espera-se que o número de turistas tenha redução de cerca de 22% em relação a 2020. Para 2022, no melhor cenário, com a melhoria do plano de vacinação, o número de turistas deverá manter inferior aos números de 2011.

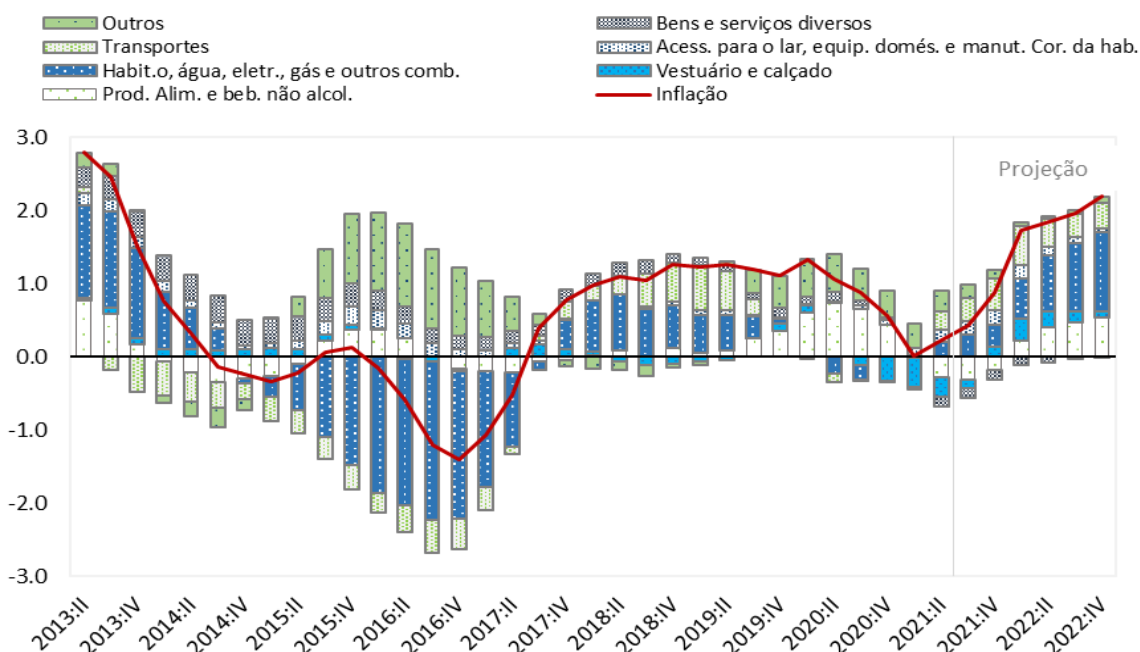
Gráfico 8 - Evolução da Procura Turística e da Receita de Turismo



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

30. A dinâmica económica nacional está fortemente condicionada pela retoma do turismo. Espera-se que o contributo do sector seja sobretudo a partir do 4º trimestre. Com base no exposto, a expectativa é do PIB real crescer entre 6,5% e 7,5%, tendo em conta os efeitos base e uma pequena retoma dos sectores. Para 2022, espera-se que com uma maior dinâmica do turismo, o PIB cresça cerca de 6%. Num cenário mais adverso, em que se materializem os principais riscos macroeconómicos, a expectativa é de que a atividade económica cresça no máximo 3,5%, sendo certo que será agravada a situação macro-fiscal, sobretudo por via da arrecadação fiscal.

Gráfico 9 - Evolução e Perspetiva do Índice de Preços

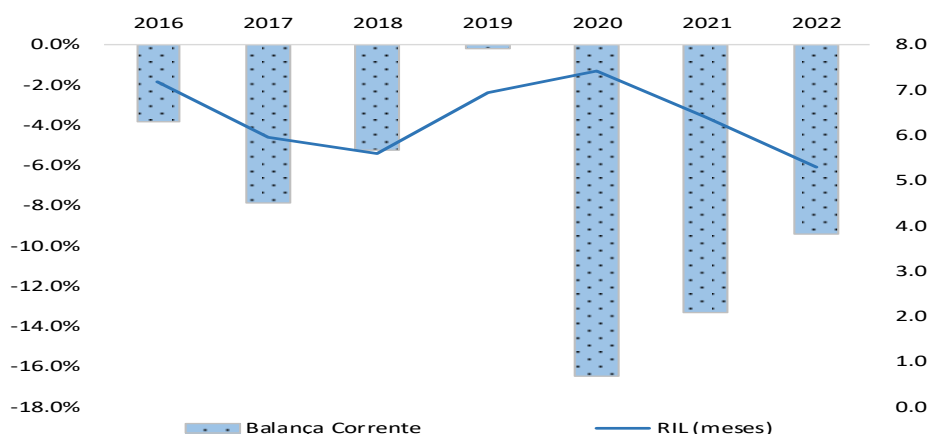


Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

31. Os níveis de preços deverão permanecer contidos, pese embora deverão acelerar comparativamente a 2020, permanecendo entre 0,8% e 1,0% e entre 1,5% e 2,0% em 2022. Além das pressões previstas nos preços alimentares internacionais, as projeções incorporam o aumento dos preços da energia elétrica e as alterações fiscais.
32. As contas públicas e externas vão continuar a apresentar os efeitos negativos da pandemia. O condicionamento da atividade turística afetará negativamente as exportações de serviços e a seus efeitos nos sectores conexos. A balança corrente continuará refletindo os impactos da dinâmica menos favorável do turismo e o aumento das importações de bens e serviços, registando um défice em torno dos 13,8% do PIB em 2021. As reservas em meses de importações também serão afetadas, reduzindo de 7,4 meses em 2020 para 6,4 meses em 2021. Para 2022, com a expectativa de uma maior dinâmica do turismo (saindo de níveis de 2005 em 2021, para níveis de 2010/2011 em 2022 e conseqüentemente a melhoria das exportações de serviços), o défice na balança corrente deverá reduzir para

cerca de 9,4% do PIB. Projeta-se a cotação em dólar em relação ao escudos cabo-verdianos de 92,6 para 93,6 CVE de 2021 para 2022.

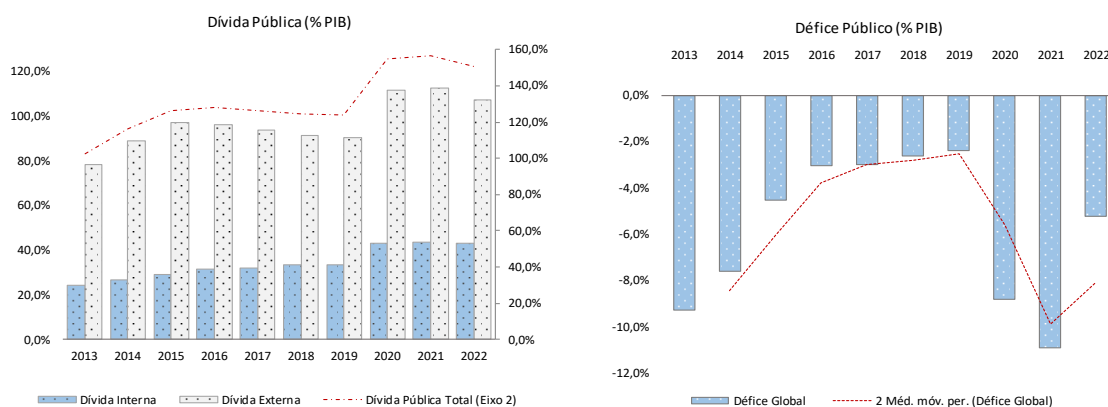
Gráfico 10 - Evolução das Contas Externas (Balanço de Pagamentos)



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

33. No tocante às finanças públicas, tem-se que os efeitos da Covid-19 ainda serão significativos em 2021 e 2022, dado que o nível de atividade económica permanecerá abaixo do de 2019, afetando a arrecadação das receitas fiscais e não fiscais. Além do mais, as despesas de reforço ao sistema sanitário e socioeconómico deverão permanecer. O défice público continuará elevado, com expectativa de situar-se em cerca de 9,8% e 6,1% do PIB em 2021 e 2022, respetivamente. Sendo assim, a dívida pública deverá atingir cerca de 153,9% e 150,9% do PIB em 2021 e 2022, respetivamente.

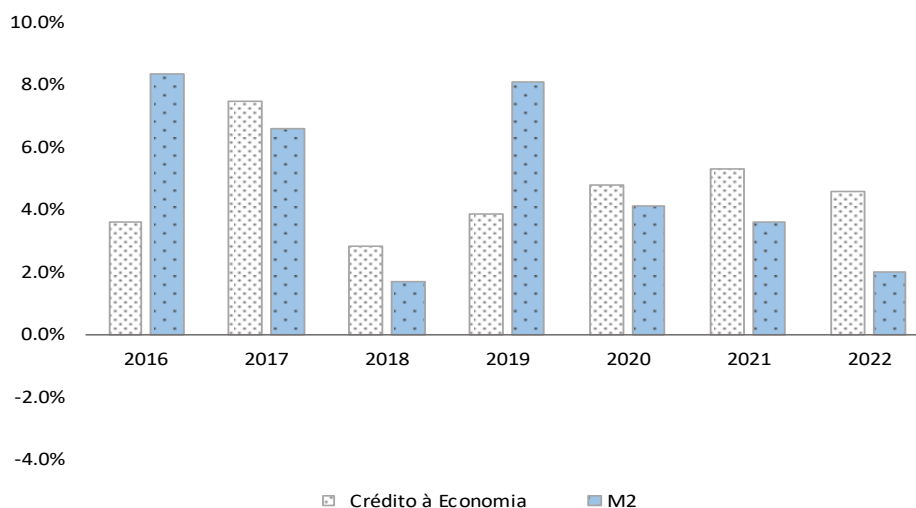
Gráfico 11 - Evolução do Défice e da Dívida Pública, em % PIB



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

34. O financiamento do déficit do orçamento com recursos a empréstimos externos deverá contribuir para evitar uma queda mais acentuada nas reservas externas e conseqüentemente a massa monetária deverá desacelerar para 3,6% em 2021 e 2,0% em 2022.

Gráfico 12 - Evolução do Sector Monetário



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

35. O crédito à economia, que cresceu cerca de 4,8% em 2020, deverá aumentar para 5,3% em 2021 antes de desacelerar para 4,6% em 2022. Essa performance reflete as medidas de políticas adotadas pela autoridade monetária para reduzir os efeitos da pandemia. O crescimento do crédito deverá financiar parte do fundo de maneiio das empresas, dado o contexto atual. Para 2022, as projeções admitem que as medidas de moratórias para o crédito deverão ser reavaliadas.

3. RECEITAS E DESPESAS – EVOLUÇÃO RECENTE E PROJEÇÕES

(Alíneas g) do n.º 1 e d) do n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

3.1. Evolução Recente das Finanças Públicas

3.1.1. Apreciação Global

36. A conta provisória do mês de agosto de 2021 atingiu um saldo global negativo de 9.648 milhões de CVE, ou seja, um défice de 5,5% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE), que se traduz num agravamento de 2,2 p.p. comparativamente ao défice registado em 2020. Essa evolução, face a 2020, resultou:

- da diminuição das receitas totais em 8,2% (-2.240 milhões de CVE);
- do agravamento das despesas totais em 4,4% (+1.413 milhões de CVE); e
- do decréscimo dos ativos não financeiros líquidos em 29,7% (-346 milhões de CVE).

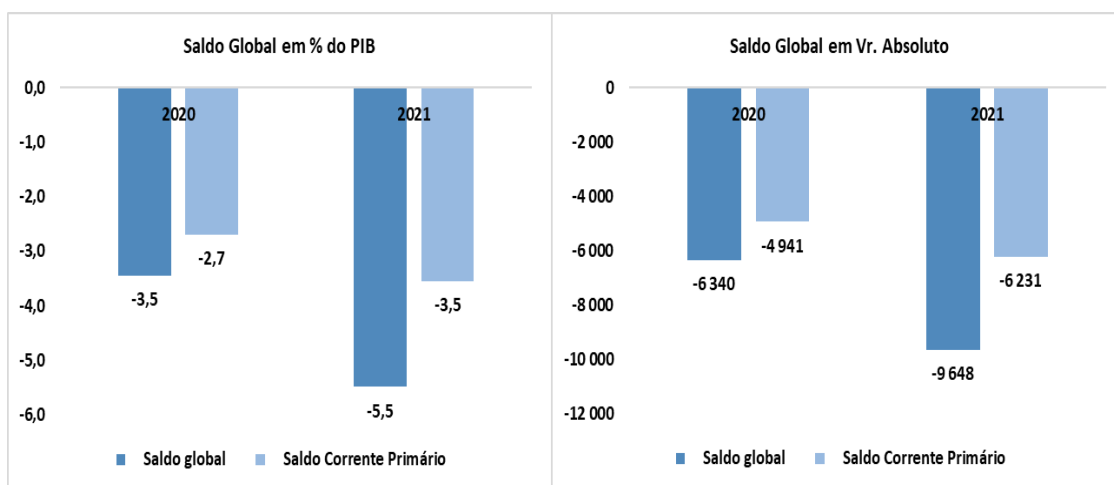
Tabela 2 - Principais Indicadores Orçamentais

	2020		2021				
	Orç. Ret.	Ago	Orç. Ret.	Orç. Rep.	Ago	Grau Exec.	Tax. Hom
1. Total Receitas	53 869	27 276	52 520	50 724	25 036	47,7	-8,2
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	45 309	24 214	47 270	45 473	24 063	50,9	-0,6
Impostos	33 952	21 243	34 895	33 839	20 849	59,7	-1,9
Segurança Social	70	35	71	71	42	59,7	19,8
Transferências (donativos)	8 559	3 063	5 250	5 250	973	18,5	-68,2
Outras Receitas	11 288	2 935	12 304	11 635	3 172	25,8	8,1
2. Total Despesas	64 974	32 451	63 473	61 116	33 865	53,4	4,4
Despesas com Pessoal	23 648	13 849	24 480	22 780	14 148	57,8	2,2
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	4 580	12 292	11 731	5 170	42,1	12,9
Juros Correntes	5 187	3 320	4 485	4 485	2 681	59,8	-19,2
Subsídios	891	294	1 116	1 116	699	62,7	138,0
Transferências Correntes	8 072	3 927	7 847	7 751	3 472	44,2	-11,6
Benefícios Sociais	8 046	5 244	9 179	9 179	6 243	68,0	19,0
Outras despesas correntes	3 692	1 018	4 075	4 075	998	24,5	-2,0
Valor a regularizar		220			454	-	106,8
3. Resultado Operacional Bruto	-11 105	-5 175	-10 953	-10 392	-8 828	80,6	70,6
4. Ativos não Financeiros	9 851	1 165	9 863	6 863	819	8,3	-29,7
Compra ativos não financeiros	10 301	1 223	11 353	8 353	1 356	11,9	10,8
Venda ativos não financeiros	451	58,3	1 490	1 490	536,5	36,0	820,8
5. Global Global	-20 956	-6 340	-20 816	-17 255	-9 648	46,3	52,2
Saldo global (em % do PIB)	-11,4	-3,5	-11,9	-9,8	-5,5	-	-
Saldo Corrente Primário	-9 976	-4 941	-7 841	-7 747	-6 231	-	-
Saldo Corrente Primário (em % do PIB)	-6,0	-2,7	-4,5	-4,4	-3,5	-	-
6. Stock da Dívida Pública	267 881	256 637	276 519	271 571	269 666	97,5	5,1

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

37. O saldo corrente primário/PIB foi negativo em 3,5%, agravando-se em 0,9 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia na economia cabo-verdiana, e conseqüentemente, no quadro fiscal/orçamental, decorrente dos estabilizadores automáticos e das medidas adotadas no âmbito do combate e da prevenção da Covid-19.

Gráfico 13 - Evolução do Saldo Global e do Saldo Corrente Primário



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

3.1.2. Receitas do Estado

38. As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até agosto de 2021 cifraram-se em 25.573 milhões de CVE, registando uma diminuição de 6,4%, comparativamente ao período homólogo. Para essa evolução, contribuíram a arrecadação das receitas provenientes dos impostos (-1,9%), da segurança social (+19,8%), transferências (-68,2%) e outras receitas (+8,1%).

39. Os impostos diminuíram em 1,9% face ao período homólogo, sendo o resultado combinado dos diferentes agregados da receita:

- Impostos sobre o Rendimento (-13,3%), decorrentes do aumento do desemprego e da redução da atividade económica, pese embora as medidas de

mitigação da crise no mercado de trabalho e na tesouraria das empresas, tais como o *lay-off*;

- Impostos de Bens e Serviços (-3,8% - onde se destaca a diminuição do IVA em -2,8%), resultantes do impacto da crise da Covid-19, principalmente ao nível do turismo, e das medidas excepcionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações;
- Imposto sobre Transações Internacionais (+14,0%) em particular do aumento do direito de importação, que está intrinsecamente ligado à importação e apresenta uma retoma na dinâmica da atividade; e
- outros impostos (+4,9%), decorrentes do Imposto de Selo, fruto essencialmente de uma atividade bancária relativamente dinâmica, apesar das moratórias bancárias decretadas.

40. As transferências (donativos), até agosto de 2021, registaram uma diminuição de 68,2% face ao mesmo período do ano anterior, totalizando 973 milhões de CVE e representando 3,8% do total da receita. Do montante referido, 414 milhões de CVE correspondem às transferências provenientes de Organizações Internacionais, explicados pela entrada do donativo no âmbito do acordo entre a U.E e o PNUD para financiamento do projeto “*West Africa Competitiveness Support Programme*”, no valor de 320 milhões de CVE; 216 milhões de CVE são destinados aos projetos de investimentos (donativos direto aos projetos) e 68 milhões de CVE são referentes à ajuda alimentar. De realçar que, até agosto de 2021, ainda não se regista a entrada das ajudas orçamentais em face da de agosto de 2020.

41. As outras receitas verificaram um acréscimo de 8,1% (+237 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela performance registada nas rubricas “Rendimento de Propriedade” e “Vendas de Bens e Serviços” com resultado da normalidade e consequente funcionamento dos serviços públicos em face da suspensão gradual das restrições (no quadro da pandemia da Covid-19) que se têm vindo a verificar.

42. As receitas de segurança social com um acréscimo de 19,8% têm pouca materialidade em face ao total da receita do Estado.

3.1.3. Despesas Totais

43. As despesas correntes da Administração Central do Estado, em finais de agosto, situaram-se em 33.865 milhões de CVE, apresentando um agravamento de 4,4%, quando comparado com o mesmo período de 2020, correspondendo a uma variação absoluta de +1.413 milhões de CVE e um grau de execução de 53,4%, face ao orçamento retificativo. Essa evolução resultou do aumento nas rubricas despesas com o pessoal (+2,2%), aquisição de bens e serviços (+12,9%), subsídios (+138,0%) e benefícios sociais (+19,0%) conjugadas com a diminuição nas rubricas dos juros da dívida (-19,2%), das transferências correntes (-11,6%) e de outras despesas correntes (-2,0%).
44. A rubrica “Despesas com pessoal” (+298 milhões de CVE), associada, em grande medida, ao impacto da implementação de PCCS, de reclassificações e acumulação de carga horária e contratação de técnicos e pessoal de saúde nas estruturas de saúde, no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19.
45. A rubrica “Aquisições de bens e serviços” (+590 milhões de CVE), relacionada sobretudo com a execução dos projetos de prevenção e combate à Covid-19 e das eleições.
46. A rubrica “Subsídios” (+406 milhões de CVE), influenciada pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante da indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas.
47. A rubrica “Benefícios sociais” (+999 milhões de CVE), em particular, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas (+285,8 milhões de CVE) e do apoio social às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 através do Rendimento Social de Inclusão (+650 milhões de CVE).

48. A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição (-639 milhões de CVE), se comparada com o mesmo período de 2020, resultado dos juros da dívida externa na decorrência da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis.
49. As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição (-455 milhões de CVE), devido essencialmente à diminuição do desembolso aos municípios, causada pelo impacto da Covid-19 nas receitas consignadas aos projetos financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Turismo e pelo Fundo do Ambiente.
50. As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição (-20 milhões de CVE), decorrente da reprogramação e das medidas de contenção, nos termos definidos na Resolução n.º 8/2021, de 2 de fevereiro, e ainda da diminuição da necessidade de pagamentos de restituições do IVA.

3.1.4. Ativos não Financeiros

51. Em agosto de 2021, os ativos não financeiros líquidos diminuíram 29,7%, em resultado do:
- aumento das compras em ativos não financeiros em 10,8%, que ascendeu ao montante de 1.356 milhões de CVE, equivalente a um grau de execução de 11,9% do total do orçamento retificativo, justificado, essencialmente, pela execução dos projetos no âmbito da Saúde e Educação. De realçar ainda que houve a necessidade de reprogramar os ativos não financeiros, dado a não realização de alguns projetos; e
 - aumento da venda em ativos não financeiros em 478 milhões de CVE, montante superior ao registado no mesmo período do ano anterior, (2021, 537 milhões de CVE; e 2020, 58 milhões de CVE). Esse aumento é justificado pela venda de edifícios (481 milhões de CVE) e da aeronave das Forças Armadas (53 milhões de CVE).

3.1.5. Financiamento *versus* Dívida Pública

52. O financiamento do défice de 9.542 milhões de CVE, decorrido no mês de agosto de 2021, foi maioritariamente assegurado pelo endividamento interno e resulta:
- de um lado, de um passivo financeiro de 9.258 milhões de CVE, que decorre, essencialmente, da componente interna com 7.783 milhões de CVE e da componente externa com 1.475 milhões de CVE, e
 - por outro lado, de um ativo financeiro de 284 milhões de CVE, sendo que as receitas decorrentes de ativos financeiros foram superiores aos investimentos em ativos financeiros, motivado pelo reembolso de empréstimos concedidos.
53. Como resultado, em finais de agosto do presente ano, o stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 269.666 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 82.994 milhões de CVE (46,3% do PIB) e à dívida externa 186.672 milhões de CVE (106,3% do PIB). Nessa sequência, o rácio da dívida pública/PIB atingiu os 153,6%, cerca de 3,2 p.p. acima do valor registado em agosto de 2020.

3.2. Evolução e Projeções das Receitas e Despesas

3.2.1. Receitas Totais

54. As receitas totais, incluindo as vendas de Ativos Não Financeiros, deverão atingir, em 2022, o montante de 61.263 milhões de CVE, representando 32,4% do PIB e um aumento de cerca de 13,4% em face do OR 2021. Essa projeção decorre do:
- aumento de arrecadação dos impostos, resultante (i) da dinâmica económica (crescimento do PIB em 6%); (ii) da melhoria da eficiência da máquina tributária; (iii) da racionalização de incentivos fiscais, com destaque para a eliminação progressiva da isenção total do Direito de Importação; (iv) do reforço da tributação ambiental e de saúde; e (v) do alargamento da base tributária, nomeadamente no comércio eletrónico;
 - aumento da arrecadação de receitas dos institutos, fundos e serviços autónomos, na sequência da dinâmica económica; e

- processo da conclusão de vendas de património financeiro e não financeiro do Estado, bem como do processo de concessão.

3.2.1.1. Impostos

55. A estimativa das receitas fiscais para 2022 teve por base a retoma económica num cenário pós-pandemia, alicerçada nos principais indicadores macroeconómicos, a consolidação da digitalização da administração tributária, enquanto instrumento de eficiência no combate à fuga e fraude fiscais, nomeadamente através da implementação da fatura eletrónica e do sorteio de faturas, bem como a valorização do capital humano por forma a capitalizar a motivação dos colaboradores no cumprimento das metas de arrecadação de receitas.

Tabela 3 - Evolução das Receitas Fiscais

	Em Milhões de CVE				Taxa de Crescimento %				Em % PIB			
	2019	2020 P	2021 R	2022 P	2019	2020 P	2021 R	2022 P	2019	2020 P	2021 R	2022 P
Receitas Fiscais (Impostos)	42 141	32 234	34 895	43 842	4,0%	-23,5%	8,3%	25,6%	21,6%	19,5%	19,9%	23,2%
Imposto sobre o Rendimento	12 806	9 779	9 271	11 230	4,1%	-23,6%	-5,2%	21,1%	6,6%	5,0%	4,7%	5,8%
IR - Pessoas Singulares	7 334	6 438	6 026	6 799	5,9%	-12,2%	-6,4%	12,8%	3,8%	3,3%	3,1%	3,5%
IR - Pessoas Colectivas	5 472	3 341	3 244	4 431	1,8%	-38,9%	-2,9%	36,6%	2,8%	1,7%	1,7%	2,3%
Outros Impostos sobre Rendimentos	0	0	570	649	---	---	---	13,8%	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%
Tributo Especial Unificado			570	617	---	---	---	8,3%	---	---	0,3%	0,3%
Taxa de Incêndio				31	---	---	---	---	---	---	---	0,0%
Impostos sobre Bens e Serviços	20 650	15 193	16 886	22 188	4,8%	-26,4%	11,1%	31,4%	10,6%	7,8%	8,7%	11,4%
Imposto sobre o Valor Acrescentado	16 727	12 602	14 010	17 885	3,2%	-24,7%	11,2%	27,7%	8,6%	6,5%	7,2%	9,2%
IVA - DGA	8 260	6 670	7 425	8 934	5,9%	-19,3%	11,3%	20,3%	4,2%	3,4%	3,8%	4,6%
IVA - DGCI	8 468	5 932	6 585	8 951	0,7%	-29,9%	11,0%	35,9%	4,3%	3,0%	3,4%	4,6%
Contribuição Turística	992	297	248	475	22,3%	-70,1%	-16,5%	91,6%	0,5%	0,2%	0,1%	0,2%
Imposto sobre o Consumo Especial	2 192	1 702	1 955	2 477	11,7%	-22,4%	14,8%	26,7%	1,1%	0,9%	1,0%	1,3%
Taxa de Tabaco				323	---	---	---	---	---	---	---	0,2%
Taxa Ecológica	739	593	674	728	3,1%	-19,8%	13,6%	8,1%	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%
Taxa Estatística Aduaneira				300	---	---	---	---	---	---	---	0,2%
Imposto s/ Transações Internacionais	8 011	6 593	7 471	9 007	3,6%	-17,7%	13,3%	20,6%	4,1%	3,4%	3,8%	4,6%
Direito de Importação	7 672	6 296	7 154	8 667	3,5%	-17,9%	13,6%	21,2%	3,9%	3,2%	3,7%	4,4%
Taxa Comunitária - CEDEAO	339	297	317	340	4,9%	-12,5%	6,9%	7,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Outros impostos	673	669	697	769	-13,9%	-0,7%	4,2%	10,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%
Imposto de Selo	634	639	664	719	-14,6%	0,8%	3,9%	8,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%
Imposto Especial sobre Jogos	38	30	33	50	-4,6%	-21,3%	10,6%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	2	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

56. A previsão das receitas fiscais (impostos) para 2022 é de 43.842 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 8.948 milhões de CVE (+25,6%) em face da cobrança prevista para 2021. Esse resultado advém do Imposto sobre o Rendimento (+21,1%), do Imposto sobre Bens e Serviços (+31,4%), do Imposto sobre Transações Internacionais (+20,6%) e de Outros Impostos (+10,3%). A tabela acima evidencia a evolução da receita fiscal, por imposto.

3.2.1.1.1. Imposto sobre o Rendimento (IR)

57. Em 2022, antevê-se que a receita do IR se situe em 11.230 milhões de CVE, valor que traduz um aumento de 21,1% em face da cobrança prevista para 2021, para a qual contribuem o IRPS (+12,8%) e o IRPC (+36,6%).

58. A previsão em sede do IRPS, que atinge o valor de 6.799 milhões de CVE, tem por base o cenário macroeconómico, com particular relevância para medidas de recuperação económica, permitindo uma ligeira recuperação do mercado de trabalho, logo, do emprego que mais fortemente condiciona a base tributável do IRPS, bem como o incremento da recuperação de dívidas atrasadas.

59. No que concerne ao IRPC, em 2022, prevê-se que a receita se situe em 4.431 milhões de CVE, um aumento significativo em face do valor previsto para 2021, reflexo das medidas de recuperação económica, que já vêm ocorrendo em 2021 (com reflexo no lucro e coleta do imposto no ano seguinte), e de uma forte aposta no processo de recuperação de dívidas atrasadas em sede deste imposto junto das empresas.

3.2.1.1.1.1. Outros Impostos sobre Rendimentos (OIR)

60. Em 2022, antevê-se que a receita dos OIR se situe em 649 milhões de CVE, valor que traduz um aumento de 13,8% (+79 milhões de CVE) em face da cobrança prevista para 2021, para a qual contribuem o TEU (+8,3%) e a Taxa de Incêndio (31 milhões de CVE), fruto da reclassificação orçamental desta rubrica, que antes não constava como receita de impostos.

3.2.1.1.2. Impostos sobre Bens e Serviços (IBS)

61. A estimativa da receita em sede dos IBS é de 22.188 milhões de CVE, antevendo-se um crescimento de +31,4% (+5.302 milhões de CVE) comparativamente à cobrança prevista para 2021.
62. O aumento desta receita, em face da cobrança prevista para 2022, deve-se à evolução do IVA-DGA (+20,3%), IVA-DGCI (+35,9%), da Contribuição Turística (+91,6%), do ICE (+26,7%) e da Taxa Ecológica (+8,1%). Ainda, concorre para esse aumento a projeção de arrecadação em sede da Taxa de Tabaco (323 milhões de CVE) e da Taxa de Estatística Aduaneira (300 milhões de CVE), que foram ambos objetos de reclassificação de taxa para impostos. A previsão do aumento em causa tem em conta a projeção de recuperação da atividade económica face a 2021, com reflexo no forte aumento do volume de negócios das empresas e das importações, com especial destaque para a recuperação do turismo, com o reforço da boa imagem do país, nomeadamente com a boa cobertura da vacinação da população, especialmente nas ilhas mais turísticas.
63. Para o aumento significativo da arrecadação do IVA contribui a dinâmica económica, a introdução do comércio eletrónico, as medidas de melhoria da eficiência na cobrança, tais como a introdução da Fatura Eletrónica e do Sorteio de Faturas (Sorteio da Felicidade), e a forte aposta na cobrança das dívidas atrasadas.
64. Relativamente ao tabaco, em linha com a recomendação da OMS, em 2022, agrava-se a taxa especial sobre o tabaco de 40 CVE por maço para 70 CVE.

3.2.1.1.3. Impostos sobre Transações Internacionais (ITI)

65. Para 2022, prevê-se uma melhoria da receita em sede dos ITI, a qual deverá situar-se em 9.007 milhões de CVE, +1.536 milhões de CVE (+20,6%). Essa evolução traduz o aumento esperado na importação, dado o crescimento económico previsto em face da recuperação da atividade económica, a eliminação progressiva da isenção total do direito de importação e a manutenção

do maior rigor na concessão de benefícios fiscais e nos controlos aduaneiros, através do combate à subfaturação nas declarações aduaneiras.

3.2.1.1.4. Outros Impostos

66. A estimativa de receitas em sede de outros impostos a serem arrecadadas em 2022 deverá atingir 769 milhões de CVE, representando um acréscimo de 10,3% em face da execução prevista para 2021, resultante do incremento na cobrança do Imposto de Selo e do Imposto Especial sobre Jogos, com a recuperação do turismo.

3.2.1.2. Donativos e Transferências

67. Os donativos e transferências (incluindo ajuda orçamental), para o ano de 2022, deverão situar-se à volta de 3.981 milhões de CVE, representando uma diminuição de 24,4% comparado com o inscrito no OR 2021, sendo:

- 61,4% (2.444 milhões de CVE) - Donativo do Governo/Organismo Estrangeiro;
- 18,9% (715 milhões de CVE) - Ajuda Orçamental Donativos;
- 13,1% (521 milhões de CVE) - Outras Transferências; e
- 7,5% (300 milhões de CVE) - Donativo Ajuda Alimentar.

3.2.1.2.1. Donativos Diretos

68. Os donativos diretos, estimados para 2022, rondam o montante de 2.444 milhões de CVE, valor inferior ao estimado para 2021 em 28,0%, justificado pela diminuição do donativo mobilizado junto aos parceiros internacionais no âmbito do combate à pandemia da Covid-19, pela conclusão da obra habitação social (Portelinha), pela diminuição do financiamento da FAO para o projeto “Reforço da Capacidade Adaptativa e Resiliência do Sector Florestal em Cabo Verde”

69. Pese embora prevê-se uma diminuição do donativo, é de se destacar o reforço no montante de 172 milhões, financiado pelo Fundo Global, para fazer face ao

combate do VIH – SIDA e 131 milhões de CVE para o sector da agricultura no âmbito da proteção ambiental, financiado por Portugal.

70. É de se destacar, ainda, a continuidade do donativo da Holanda (Projeto Terminal de Cruzeiros), do Banco Europeu de Investimentos (Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia) e do Luxemburgo (incremento no Programa Estágio e Promoção de Empregabilidade/Empreendedorismo e Autoemprego, bem como o reforço no sector da saúde) que representam 56,1% do total do donativo direto (1.126 milhões de CVE).

Tabela 4 - Evolução Donativos Diretos por Financiador

(em milhões de CVE)

Fornecedores	2019	2020	2021	2022	Taxa de Crescimento em %		
	CGE	Prov	OR	OE	2020	2021	2022
Agência Espanhola Coop. Intern. para o Desenvolv	16	7	75	37	-58,8	1 028,3	-50,7
Aga Khan Development Network	2	1	2	2	-78,3	259,8	0,0
Alemanha	3	11	27	23	254,4	135,6	-14,4
A.F.R.I.S.T.A.D./Donativo	0	1			85,9	-100,0	-
B.A.D	39	17	54	61	-57,6	227,4	13,0
Banco Europeu de Investimento	9	46	243	243	391,0	429,8	0,0
Banco Mundial	12	2	19		-80,6	690,8	-100,0
Bélgica	0				-100,0	-	-
Canada Fund Local Initiatives (Cfli)	2				-100,0	-	-
CEDEAO	3	12	6	2	343,5	-52,1	-58,8
China	943	1 452	518		-50,7	-64,3	-100,0
CILSS		0	2		-	364,5	-100,0
CPLP			5		-	-	-100,0
Cooperação Espanhola	12	14	36	3	16,1	158,3	-91,1
Donativo Internos			1	1	-	-	0,0
Nações Unidas	80	115	201	193	43,8	74,5	-3,7
Espanha	2	0	0	0	-92,5	-92,2	0,0
EUA/Embaixada em CV	1	0	3		-66,3	891,2	-100,0
Embaixada da França	20		15	15	-100,0	-	0,0
F.A.O.	2	4	353	2	100,9	9 095,3	-99,5
F.A.R.E.E.V	10				-100,0	-	-
F.I.D.A	76	41		172	-45,9	-100,0	-
Farel Collage-Holanda	0		0	0	-100,0	-	0,0
Fundação Calouste Gulbenkian	2		1	1	-100,0	-	16,2
Fundacion Canaria	2	0	1	1	-72,7	97,2	0,0
Fundación Mujeres por África	0	1			188,1	-100,0	-
Fundo Canadiano de Iniciativas Locais		2			-	-100,0	-
Fundo de Afetação Especial	15	5			-68,2	-100,0	-

Fornecedores	2019	2020	2021	2022	Taxa de Crescimento em %		
	CGE	Prov	OR	OE	2020	2021	2022
FNE		11			-	-100,0	-
GEOMAR -Alemanha		3	7	6	-	141,2	-7,3
Global Environment Fund	40	72	198	370	78,8	173,3	87,2
Grupo de intervenção África Ocidental	5	0			-94,9	-100,0	-
HANBAN	5	1	2	3	-88,0	298,4	9,5
Holanda	0		465	465	-	-	0,0
Imperial College of Science, Technology and Medicine		9	3	3	-	-71,7	0,0
Inglaterra	4	7	16	13	53,6	144,0	-17,9
International Union For Conservation Of Nature	0				-	-	-
ICLP - Camões	46	25	27	15	-45,3	5,3	-44,2
ISCTE-IUL				4	-	-	-
IPAD- Camões		26			-	-100,0	-
Japão	4	4			-0,1	-100,0	-
Luxemburgo (incluindo Ajuda orçamental)	481	589	697	418	22,5	18,4	-40,1
M.A.V.A	10	13	16	14	27,0	29,5	-15,6
Millennium Challenge Account	0		4	4	-	-	0,0
O.M.S.	19	64	15	15	237,3	-76,7	0,0
OIT	1	8	6		711,4	-25,1	-100,0
Organização Mundial de Meteorologia	2	0			-85,9	-100,0	-
Organização Oeste Africana da Saúde	3	8	17	17	157,8	122,9	0,0
P.N.U.D	6	21	20	20	231,1	-5,2	-0,6
P.N.U.D/União Europeia		202	105		-	-48,0	-100,0
P.N.U.D/Luxemburgo		3	29		-	736,1	-100,0
PLANBORNEFOUNDEN			5	1	-	-	-72,7
Portugal	80	58	56	187	-27,8	-3,6	235,8
Portugal/Fundação para A Ciência e Tecnologia	1	0	1		-87,3	836,1	-100,0
Reino Unido/Merck-Donativo	1				-100,0	-	-
Toyota Motor Corporation	11				-100,0	-	-
UNESCO			2		-	-	-100,0
União Europeia (Incluindo acordo de pesca)	252	53	137	127	-79,1	161,5	-7,9
United Nations Environment Programme	1	4	5	5	218,0	49,2	0,0
United Nations Office For Project Services		1	0	0	-	-92,1	0,0
TOTAL GERAL	4	2 913	3	2 444	-31,1	16,5	-28,0

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

3.2.1.2.2. Ajuda Orçamental Donativos

71. Para 2022, prevê-se uma diminuição ao nível de financiamento através da ajuda orçamental donativos em 4,9%, se comparado com a estimativa de desembolso para 2021, justificada pela diminuição de financiamento por parte da União Europeia. Estima-se que o OE 2022 será financiado pela ajuda orçamental donativos no montante de 715 milhões de CVE, designadamente:

- União Europeia, com 660 milhões de CVE (contra 974 milhões de CVE previstos para 2021); e
- Portugal, com 55 milhões de CVE.

72. Em relação à ajuda orçamental do Luxemburgo, esta destina-se ao financiamento direto às unidades finalísticas relativas ao ensino e aos estágios, à promoção da empregabilidade e autoemprego, bem como ao sector da saúde. Prevê-se para 2022 o montante de 331 milhões de CVE, sendo que 33,3% desse montante será destinado ao sector da saúde com o objetivo de contribuir para a implementação das prioridades estratégicas do Governo, no que diz respeito ao desenvolvimento do sector da saúde pública, visando garantir a qualidade e o acesso universal aos serviços de cuidados e de saúde públicas.

3.2.1.3. Outras Receitas

73. Relativamente às Outras Receitas, para 2022, espera-se arrecadar um valor aproximado de 12.920 milhões de CVE (6,8% do PIB), registando um acréscimo de 5,0%, comparado com o OR 2021, o que representa, em termos absolutos, o montante de 617 milhões de CVE.

Tabela 5 - Evolução e Projeções das Outras Receitas

	2019	2020	2021	2022	Taxa de crescimento em %			Em % do PIB		
	CGE	Prov	OER	Orç	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Outras Receitas	9 889	6 234	12 304	12 920	-37,0	97,4	5,0	3,8%	7,0%	6,8%
Rendimentos de Propriedade	2 632	1 132	4 922	5 444	-57,0	334,8	10,6	0,7%	2,8%	2,9%
Vendas de Bens e serviços	5 987	3 633	6 071	5 957	-39,3	67,1	-1,9	2,2%	3,5%	3,2%
Taxas	5 841	3 539	5 850	5 731	-39,4	65,3	-2,0	2,1%	3,3%	3,0%
Vendas	146	94	220	227	-35,7	134,8	3,0	0,1%	0,1%	0,1%
Multas e Outras Penalidades	433	198	212	342	-54,3	6,9	61,3	0,1%	0,1%	0,2%
Outras Transferências	242	43	314	337	-82,4	638,0	7,4	0,0%	0,2%	0,2%
Outras Receitas D. não Especificadas	595	1 228	785	840	106,4	-36,1	7,0	0,7%	0,4%	0,4%

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

74. Essa variação é impulsionada, essencialmente, pela previsão da:

- arrecadação das receitas advenientes de rendimentos de propriedade, no montante de 5.444 milhões de CVE, o que representa 2,9% do PIB. Esse aumento decorre, essencialmente, da previsão da entrada de dividendos e do processo de privatização/concessão de empresas públicas do sector aeroportuário e farmacêutico.
- realização de receitas de multas e outras penalidades superiores em 61,3%, se comparado com o OR 2021, o que representa 0,1% do PIB, que se justifica pela inscrição e pelo aumento das multas e outras penalidades nas Alfândegas e nas repartições das finanças;
- realização de outras transferências no montante de 337 milhões de CVE, representando um aumento de 7,4 %, comparando com o OR 2021, justificado essencialmente pelo aumento do montante projetado das receitas dos serviços consulares (embaixada de Portugal);
- É de se realçar a diminuição na previsão da arrecadação de vendas de bens e serviços, em 2022, no montante de 113 milhões de CVE, o que representa uma redução de 1,9%, se comparado com a estimativa de arrecadação do OR 2021, justificada pela reclassificação da (i) taxa de tabaco, (ii) taxa de incêndio e (iii) taxa de estatística aduaneira para impostos. Essas taxas, apesar de serem designadas de taxas, em substância, consubstanciam verdadeiros impostos, (artigo 5º da lei que regula o regime de taxas - Lei n.º 100/VIII/2015). Entretanto, é de se destacar o aumento da arrecadação da taxa de segurança aeroportuária onde prevê-se aberturas de fronteiras e retoma de voos, taxas de vistoria de abertura de serviços/renovação e de outras taxas de serviços.

3.2.1.4. Vendas de Ativos Não Financeiros

75. Para 2022, prevê-se uma diminuição das receitas provenientes de vendas de Ativos Não Financeiros, passando de 1.490 milhões de CVE para 448 milhões de CVE, justificado, essencialmente, pela perspectiva da conclusão do processo de venda, em 2021, da maior parte dos ativos classificados como não estratégicos.

3.2.2. Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

3.2.2.1. Por Classificação Económica

76. As despesas totais e a aquisição de Ativos Não Financeiros, para 2022, fixam-se em 72.737 milhões de CVE, representando 38,5% do PIB e registando uma diminuição de 2,8% em relação ao OR 2021. Essa diminuição resulta, particularmente, da reprogramação de alguns desembolsos externos no âmbito do Programa Plurianual de Investimentos Públicos (PPIP) e da racionalização e contenção de aumento de algumas despesas.

3.2.2.1.1. Despesas Correntes incluindo Transferências de Capital

77. Em 2022, o montante global das Despesas Correntes, incluindo transferências de capital, é de 62.104 milhões de CVE, registando uma diminuição de 2,2% comparativamente ao OR 2021.

Tabela 6 - Evolução das Despesas

(em milhões de CVE)

	CGE	Prov	OR	OE	Taxa de Crescimento em %			Estrutura %			
					2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
Despesas Correntes (inc Transf Capital)	54 850	53 174	63 473	62 104	-3,1	19,4	-2,2	86,0	92,1	84,8	85,4
Despesas com Pessoal	21 177	21 569	24 480	24 332	1,9	13,5	-0,6	33,2	37,3	32,7	33,5
Aquisição de bens e serviços	9 248	9 324	12 292	12 336	0,8	31,8	0,4	14,5	16,1	16,4	17,0
Juros e outros encargos	4 991	5 014	4 485	5 541	0,5	-10,6	23,6	7,8	8,7	6,0	7,6
Subsídios	160	628	1 116	1 023	292,4	77,6	-8,3	0,3	1,1	1,5	1,4
Transferências	6 041	6 482	7 847	6 656	7,3	21,1	-15,2	9,5	11,2	10,5	9,2
Benefícios Sociais	7 272	8 265	9 179	8 316	13,7	11,1	-9,4	11,4	14,3	12,3	11,4
Outras Despesas	5 961	1 892	4 075	3 899	-68,3	115,4	-4,3	9,4	3,3	5,4	5,4
Ativos não Financeiros	8 900	4 592	11 353	10 634	-48,4	147,2	-6,3	14,0	7,9	15,2	14,6
Compra de Ativos não financeiros	8 900	4 592	11 353	10 634	-48,4	147,2	-6,3	14,0	7,9	15,2	14,6
Total de Despesas	63 751	57 766	74 826	72 737	-9,4	29,5	-2,8	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

78. As despesas correntes continuam marcadas por uma excessiva rigidez estrutural e representam 85,4% da despesa total (e relativamente ao financiamento do

Tesouro, mais de 90%). As despesas com pessoal, pensões e encargos gerais da nação absorvem cerca de 71,6% do montante total das despesas correntes, despesas estas, obrigatórias. Relativamente aos encargos gerais da nação é de se destacar os encargos com a dívida pública e as transferências aos municípios.

3.2.2.1.1.1. Despesa com Pessoal

79. As “Despesas com o Pessoal” constituem o agregado com maior peso na despesa pública, registando um crescimento médio anual de 2016 a 2021 de cerca de 6%. Nos últimos três anos, as Despesas com Pessoal têm representado, em média, 34,4% do total das despesas. A sua evolução tem sido determinada (i) pela implementação dos PCCS/estatutos de várias carreiras de quadro privativo na Administração Pública; (ii) pelo recrutamento de professores, enfermeiros, médicos, polícias, inspetores, seguranças e técnicos da Polícia Judiciária, agentes prisionais, técnicos de receitas, técnicos de finanças, magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial e oficiais da justiça e vários técnicos de apoio operacional para saúde e educação; e, conseqüentemente, (iii) pelo aumento da contribuição do Estado (como entidade empregadora) para a previdência social.
80. Para 2022, as Despesas com Pessoal foram estimadas, essencialmente, com base (i) na lista nominal dos efetivos em funções, registados na Base de Dados dos Recursos Humanos (SIGOF); e (ii) nos compromissos com recrutamentos dos profissionais de saúde e agentes da Polícia Nacional, cujos processos do concurso já terminaram, bem como técnicos e dirigentes para as novas estruturas criadas na orgânica do Governo da Xª Legislatura.
81. Perspetiva-se que Cabo Verde continuará a sofrer o impacto negativo da pandemia da Covid-19. Nesse quadro, e perante um cenário de incertezas no que concerne aos riscos fiscais, incluindo passivos contingentes, bem como o condicionalismo da capacidade de financiamento interno, o Governo prevê medidas de contenção de despesas com pessoal, nos seguintes termos:
- foram suspensas a reestruturação, revisão e implementação de Planos de Cargos, Carreiras e Salários que ainda não foram objeto de implementação efetiva, mesmo que tenha havido compromissos prévios. Os compromissos

anteriormente assumidos deverão ser retomados logo que a situação económica e fiscal reunir as condições para o efeito;

- a implementação das novas estruturas governamentais, com impacto nas despesas com o pessoal, far-se-á de forma faseada, numa perspetiva plurianual;
- ao longo da execução do OE 2022 não será permitida a apresentação de propostas que aumentem as despesas do Estado relativamente a gastos com pessoal, incluindo subsídios; e
- foram adiados os concursos para recrutamentos (exceção das novas estruturas governamentais) e a evolução na carreira como promoções, progressões e reclassificação na administração pública que aumentem as despesas do Estado, incluindo os financiamentos das despesas com recurso a receitas próprias.

82. Em face das medidas de contenção adotadas pelo Governo, para 2022, o total da despesa com o pessoal não poderá ultrapassar o montante de 24.332 milhões de CVE, representando 12,9% do PIB, o que corresponde a uma diminuição de 0,6% (em termos absolutos, 147 milhões de CVE), em relação ao OR 2021. Pese embora a redução observada nesse agregado, foi empreendida a alocação de verbas dentro da dotação prevista para cada sector, de forma a garantir os processos de recrutamento concluídos e o funcionamento mínimo dos novos serviços, tais como:

- Conclusão do recrutamento no sector da saúde, nomeadamente, dos técnicos de saúde, assistentes e técnicos de apoio operacional para as diferentes estruturas de saúde (141 milhões de CVE);
- Conclusão do recrutamento de 120 agentes da Polícia Nacional, que já terminaram a formação (73 milhões de CVE);
- Recrutamentos para as novas estruturas governamentais (18 milhões de CVE);
- Efetivação da nomeação dos assessores para o Supremo Tribunal da Justiça (5 milhões de CVE); e

- Substituição de técnicos da UIF (Unidade de Informação Financeira), CNDHC (Comissão Nacional dos Direitos Humanos para Cidadania) e oficiais do Ministério Público (9 milhões de CVE).

3.2.2.1.1.2. Aquisição de Bens e Serviços

83. Nos últimos três anos as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços - ABS” têm representado, em média, cerca de 15,7% do total de despesas. Para 2022, fixa-se o montante em 12.336 milhões de CVE, traduzindo-se num aumento de 0,4% (44 milhões de CVE) comparado com OR 2021. Esse aumento decorre da combinação do:

- (i) aumento da despesa decorrente da:
 - prossecução da implementação dos projetos “Cabo Verde Digital”, “Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental”, “Implementação de Rendimento Social de Inclusão”, “Saneamento de Porto Novo”, “Acesso ao financiamento MPME”; e “Reforço ao Sector da Educação”, financiados com empréstimos externo, no montante adicional de 701 milhões de CVE;
 - inscrição de donativos para implementação de projetos da área da agricultura e do ambiente e reforço das unidades “Secretariado Executivo do CCS-SIDA” e “Cabo Verde Investimento Fórum”, no montante adicional de 366 milhões de CVE;
 - previsão do aumento do financiamento com recurso às receitas consignadas e das receitas próprias no montante de 248 milhões de CVE, com realce para o reforço das unidades orçamentais com financiamento a receitas consignadas, nomeadamente o “Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo” (+77 milhões de CVE), devido à previsão da retoma do turismo e ao “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” (+80 milhões de CVE), na sequência da previsão da retoma do turismo que se traduz no aumento da taxa de segurança aeroportuária; e

- inscrição da dotação adicional para o funcionamento das novas estruturas em 42 milhões de CVE.
 - (ii) diminuição:
- dos donativos diretos para financiamento das unidades e dos projetos “Reforço da Capacidade Adaptativa e Resiliência do Sector Florestal em Cabo Verde” e “V Recenseamento Geral da População e Habitação 2020”, bem como redefinição das unidades e objetivos, financiados com ajuda orçamental do Luxemburgo, traduzindo-se numa redução da dotação em 386 milhões de CVE; e
- do desembolso (empréstimos externos) decorrente (i) da reprogramação do projeto “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago”, (ii) da conclusão das atividades relativas às unidades de “Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo”, de “Gestão das Privatizações”, de “Reestruturação do Sector Empresarial do Estado”, (iii) da programação de execução da unidade de “Preparação do Projeto de Acesso ao Financiamento MPME” e (iv) diminuição dos recursos alocados à vacinação na sequência da diminuição da necessidade de compra de vacinas em 2022, em face da meta da população a ser vacinada em 2021. Isso traduzindo-se numa redução da dotação em 814 milhões de CVE.

3.2.2.1.1.3. Juros e Outros Encargos

84. A evolução das despesas com Juros e Outros Encargos está intrinsecamente relacionada com a contratação do empréstimo/stock da dívida pública.
85. Nos últimos três anos, o peso médio desse agregado foi de 7,5% sobre o total da despesa. Para o ano 2022, prevê-se o montante de 5.541 milhões de CVE para fazer face aos juros e outros encargos, o que corresponde a um acréscimo de 6,0% em relação ao OR 2021, representando um peso de 7,6% do total do orçamento.
86. De destacar o aumento significativo da outra componente do serviço da dívida (amortização de capital), que, pese embora não constitua despesa para

apuramento do saldo fiscal/orçamental, sendo uma rubrica de redução do passivo, a mesma ganha particular importância no consumo dos recursos disponíveis para financiar as políticas e as estruturas do OE 2022. Isso, tendo em conta o acentuado aumento da amortização de capital em 209,3% comparativamente ao previsto no OR 2021 (passando de 2.911 milhões de CVE para 9.005 milhões de CVE), ou seja, um reforço de 6.094 milhões de CVE.

3.2.2.1.1.4. Subsídios

87. A rubrica Subsídios está orçada em 1.023 milhões de CVE para 2022, prevendo-se uma diminuição de 8,3%, em face do OR 2021, devido à redução da necessidade de financiamento para a compensação indemnizatória no âmbito da ligação marítima.
88. É de se destacar o aumento para 200 milhões de CVE para fazer face aos subsídios às empresas privadas no âmbito da tarifa social de água e eletricidade, na sequência do reforço da medida em que a comparticipação do Estado relativamente à tarifa social de eletricidade passa de 30% para 50%. Em relação a água, a comparticipação do Estado mantém-se nos 30%.

3.2.2.1.1.5. Transferências Correntes

89. O montante das transferências correntes e de capital, previsto para 2022 é fixado em 6.656 milhões de CVE, o que representa uma diminuição de 15,2%, comparada com o previsto no OR 2021, justificada, essencialmente, pela redução de projetos com financiamento externo no montante de 845 milhões de CVE
90. Destaca-se, ainda, a diminuição do financiamento tesouro, em face da conclusão das eleições realizadas em 2021, no montante de 479 milhões de CVE, e a descontinuidade das transferências aos municípios com o número de população inferior a 15.000 habitantes no âmbito da medida relativa à diferenciação positiva, no montante de 100 milhões de CVE. A descontinuidade dessa medida decorre do facto de, em 2022, o Governo Central garantir a transferência de valores adicionais a todas as câmaras municipais de forma a compensar a

diminuição do Fundo de Financiamento Municipal, em cerca de 736 milhões de CVE.

3.2.2.1.1.6. Benefícios Sociais

91. Para o ano 2022, prevê-se o montante de 8.316 milhões de CVE para a atribuição de benefícios sociais, traduzindo-se numa diminuição de 9,4%, comparativamente ao OR 2021, representando um peso de 11,4% do total de orçamento. Essa diminuição decorre, essencialmente, da previsão em baixa do desembolso externo no montante de 879 milhões de CVE (Rendimento Social e Inclusão).
92. É de realçar a previsão de aumento nas rubricas de pensão e aposentação, do regime contributivo, no montante de 250 milhões de CVE.

3.2.2.1.1.7. Outras Despesas

93. Para o ano económico de 2022, prevê-se o montante de 3.899 milhões de CVE, representando uma diminuição de 4,3% (176 milhões de CVE), em face do OR 2021, justificada:
- (i) pela reprogramação da unidade/projeto “Cabo Verde Digital” e conclusão da unidade de “Gestão das Privatizações” (-980 milhões de CVE);
 - (ii) pela inscrição, em 2022, da dotação orçamental para pagamento das despesas relacionadas com as subvenções aos partidos políticos e grupos de cidadãos no âmbito das eleições autárquicas, legislativas e presidenciais (+550 milhões de CVE); e
 - (iii) pela reprogramação de dotações inscritas em 2021 na rubrica de transferência e que em 2022 são reclassificadas como bolsa de Estudo, que constitui uma subclassificação do agregado “Outras Despesas” (+113 milhões de CVE).

94. Nesse agrupamento económico estão enquadradas despesas a serem realizadas com as restituições e reembolso de impostos (IR-PS e IVA), as indemnizações, as bolsas de estudos e outros benefícios educacionais.

3.2.2.1.2. Ativos não Financeiros

95. No OE 2022, para efeito da realização de investimentos, é previsto o montante de 10.634 milhões de CVE (5,6% do PIB), equivalentes a 14,5% do total do orçamento, uma diminuição de 6,3%, representando em termos absolutos uma variação negativa de 719 milhões de CVE, se comparado com o OR 2021. A evolução desse agregado, comparativamente ao OR 2021, é justificada pela conjugação dos seguintes pontos:

- Conclusão, em 2021, do processo relativo ao projeto “Promoção Habitacional” inscrito naquele ano no montante de 2.159 milhões de CVE e da construção da obra de habitação social em Portelinha, no montante de 518 milhões de CVE;
- Inscrição de dotações orçamentais com financiamento tesouro: (i) no âmbito do financiamento do PRRA em 842 milhões de CVE; e (ii) inscrição de contrapartidas nacionais, no montante total 545 milhões de CVE;
- Reforço, em termos líquidos, da dotação de projetos estruturantes com financiamento a empréstimos externos, em 659 milhões de CVE, decorrente:
 - da inscrição de projetos do sector de água, saneamento e transformação da agricultura, com um impacto de 1.864 milhões de CVE, distribuídos pelos projetos de investimentos, “Água e Saneamento de Bairros Periféricos da Cidade da Praia”, “Bacia Hidrográfica de São João Batista” e “Saneamento do Porto Novo” com o objetivo de aumentar o acesso e a acessibilidade aos serviços de água de boa qualidade, e o acesso e acessibilidade aos serviços de saneamento e conservação de solos;

- da conclusão e reprogramação de alguns desembolsos, com destaque ao projeto “Reforço do Sector de Transporte” relativo à construção e reabilitação de estradas, no montante total de 1.206 milhões de CVE;
- Diminuição de donativo e ajuda alimentar em cerca de 65 milhões de CVE.

3.2.2.2. Despesas Totais por Tipo de Financiamento

96. A capacidade de financiamento interno continua a ser largamente afetada pelo impacto negativo da pandemia da Covid-19, sendo que para 2022 a previsão é de que a arrecadação das receitas do Estado se situe abaixo do potencial em 23,1% (17 mil milhões de CVE), tendo em conta a pandemia. A esse montante, soma-se a não realização de receita potencial em 2020 e 2021, no montante acumulado de 43 mil milhões de CVE.
97. O desafio imposto pela Covid-19, incluindo o quadro de incerteza, agravado pela pressão do aumento do serviço da dívida em cerca de 9 mil milhões de CVE, impõe a Cabo Verde um quadro de elevada restrição, acentuando os riscos relativamente ao financiamento do OE 2022.
98. O exposto acima, aliado à rigidez estrutural das despesas que comportam o OE, impõe a realocação dos recursos do Orçamento do Estado de forma a garantir o financiamento das despesas fixas e obrigatórias, incluindo o serviço da dívida. Nesse sentido, programa-se uma redução, em 2,8% relativamente a 2021, dos recursos alocados para o financiamento das Despesas Correntes e de Capital, bem como de Ativos Não Financeiros, de modo a libertar espaço para o financiamento das despesas com Ativos Financeiros (amortização de capital).
99. Do exposto, relativamente às Despesas e aos Ativos Não Financeiros, observa-se que, para o ano 2022, prevê-se uma diminuição do financiamento interno em 1,3% em face do previsto no OR 2021, o que representa 28,5% do PIB programado para o ano.

Tabela 7 - Evolução das Despesas por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	CGE	Prov	OR	OE	Taxa de Crescimento em %			em % do PIB		
	2019	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Interno	47 518	41 238	54 603	53 877	-13,2	32,4	-1,3	25,0	31,1	28,5
Tes.(Rec. Int.)	47 255	40 871	53 740	53 013	-13,5	31,5	-1,4	24,8	30,6	28,1
OFN	263	367	864	864	39,6	135,4	0,0	0,2	0,5	0,5
Externo	16 233	16 528	20 222	18 861	1,8	22,3	-6,7	10,0	11,5	10,0
Donativo	5 901	4 869	4 423	3 159	-17,5	-9,2	-28,6	3,0	2,5	1,7
Empréstimo	10 033	11 448	15 489	15 411	14,1	35,3	-0,5	6,9	8,8	8,2
Ajuda Alimentar	299	212	311	290	-29,2	47,0	-6,7	0,1	0,2	0,2
Total da Despesa	63 751	57 766	74 826	72 737	-9,4	29,5	-2,8	35,0	42,6	38,5

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

100. No que tange ao financiamento externo, nota-se que 25,9% das despesas são financiadas por recursos externos.
101. Relativamente aos donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos e ajuda orçamental donativos, estes totalizam o montante de 3.159 milhões de CVE, o equivalente a 16,8% do total do financiamento externo, sendo que os maiores financiadores na modalidade de donativos diretos aos projetos são: Holanda (465 milhões de CVE) e *Global Environment Fund* (370 milhões de CVE).
102. O total dos empréstimos externo, excluindo ajuda orçamental e Direito Especial de Saque (SDR), ascende a 8.523 milhões de CVE, o equivalente a 45,2% do total do financiamento externo. Esse financiamento de empréstimos direto a projetos é canalizado para a implementação de 13 programas, com destaque para os Programas de “Água e Saneamento (4.724 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (1.238 milhões de CVE), “Transformação da Agricultura” (639 milhões de CVE), “Garantia de Acesso ao Rendimento, à Educação, aos Cuidados e à Saúde” (382 milhões de CVE) e “Desenvolvimento Integrado da Saúde” (188 milhões de CVE).

103. A ajuda orçamental prevista para 2022, totaliza o montante de 5.740 milhões de CVE, representando 29,3% do total do financiamento externo, sendo 715 milhões de CVE provenientes da ajuda orçamental donativos e 5.025 milhões de CVE da ajuda orçamental empréstimos.

Tabela 8 - Evolução da Ajuda Orçamental

(em milhões de CVE)

Ajuda Orçamental	2019 CGE	2020 Prov	2021 OER	2022 Orç	Taxa de Crescimento em %		
					2020	2021	2022
Donativos	1 675	1 956	1 029	715	16,8	-47,4	-30,5
União Europeia	1 620	1 901	974	660	17,3	-48,8	-32,2
Portugal	55	55	55	55	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	6 142	9 028	5 008	5 025	47,0	-44,5	0,3
Banco Mundial	3 943	2 425	2 808	2 820	-38,5	15,8	0,4
BAD	2 200	3 300	2 200	2 205	50,0	-33,3	0,2
Total da Ajuda Orçamental	7 817	7 680	6 037	5 740	-1,8	-21,4	-4,9

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

104. Para o financiamento de projetos estruturantes, nomeadamente o PRRA, bem como de algumas despesas conjunturais relativas ao combate à Covid-19, o Estado de Cabo Verde recorre ao Direito de Saque Especial (SDR - *Special Drawing Rights*) junto ao FMI, no montante de 1.948 milhões de CVE.

3.2.2.3. Classificação Funcional

105. Pese embora o contexto de restrição, onde se prevê redimensionamento de algumas despesas correntes, adiamento de implementação de alguns projetos e compromissos ainda não materializados, o OE 2022 prevê o reforço de recursos em algumas funções do Estado, através de um exercício de realocação de verbas e reprogramação de despesas (incluindo financiamento externo), em face das prioridades definidas nas Diretrizes Estratégicas deste orçamento:

- A função “Proteção Ambiental” representa um acréscimo de 98,0% comparando com o OR 2021, passando de 1.687 milhões de CVE para 3.340 milhões de CVE (+1.653 milhões de CVE), representando 1,8% do PIB. O aumento é justificado pela subfunção “Gestão de esgotos e águas” com realce

para: o (i) reforço dos projetos “Projeto de Água e Saneamento de Bairros Periféricos da Cidade da Praia” (+1.294 milhões de CVE) e “Saneamento de Porto Novo” (+366 milhões de CVE); (ii) a inscrição das unidades orçamentais “Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe” (41 milhões de CVE) e “Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água - Etar de Santa Cruz” (27 milhões de CVE); e (iii) término de algumas unidade/projetos e contenção das despesas;

- A função “Serviços Públicos Gerais”, nos últimos três anos, foi responsável pela realização, em média, de cerca de 17.484 milhões de CVE/ano. Para 2022, constata-se que essa função, no montante de 19.339 milhões de CVE (10,2% do PIB), continua a registar o maior peso no OE (cerca de 26,6%) e regista no OE 2022 uma taxa de crescimento de 4,5%, comparativamente ao OR 2021 (+839 milhões de CVE). Esse aumento líquido decorre:
 - do aumento do serviço da dívida pública (1.056 milhões de CVE), previsão de pagamento das subvenções aos partidos políticos e grupos de cidadãos que participaram nas eleições autárquicas, legislativa e presidenciais (550 milhões de CVE), em face do OR 2021;
 - da diminuição da subfunção (i) “Órgãos Executivos e Legislativos” (714 milhões de CVE), devido, sobretudo, à conclusão das eleições em 2021 e conseqüentemente a não recondução do valor para 2022; (ii) “Administração Financeira e Fiscal” (262 milhões de CVE), justificada pelo término do projeto das privatizações; e (iii) Planeamento global e estatística (61 milhões de CVE), devido à diminuição do donativo mobilizado para realização do “Recenseamento Geral da População e Habitação”;
- A função da “Habitação e desenvolvimento Urbanístico”, orçado no montante de 4.536 milhões de CVE, traduzindo-se numa previsão de crescimento de 19,2% (+750 milhões de CVE) comparando com o OR 2021, representando 2,3% do PIB. O acréscimo líquido é justificado:

- pelo reforço inscrito na subfunção “Habitação e Desenvolvimento” devido, essencialmente, à orçamentação e ao reforço no montante de 842 milhões de CVE no projeto “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades”; e
- pela reprogramação de projetos inscritos na subfunção “Abastecimento de água”, relativamente ao projeto “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago” com a dotação orçamental de 3.417 milhões de CVE, em que se prevê iniciar a obra em 2022, procedendo-se à reprogramação do valor inicialmente inscrito em 2021 (3.477 milhões de CVE).
- a função “Defesa” com uma previsão de crescimento de 3,2%, justificada, essencialmente, pelo aumento das receitas próprias no montante de 38 milhões de CVE; e
- a função “Serviços culturais recreativos e religiosos”, com uma dotação de 755 milhões de CVE, registou um crescimento de 2,8%, se comparado com o OR de 2021, o que representa, em termos absolutos, cerca de 20 milhões de CVE. Esse aumento resulta da conjugação:
 - do reforço das subfunções (i) “Serviços Recreativos e Desporto”, decorrente do reforço da unidade “Desporto Nacional Competitivo, Atividade Física e Eventos” (32 milhões de CVE), da inscrição da dotação para o funcionamento do Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro para Desporto e Juventude (25 milhões de CVE), (ii) “Serviços culturais”, devido à inscrição dos “Editais de Carnaval” (10 milhões de CVE) e “Apoio à Classe Artística e Cultura” (15 milhões de CVE) e (iii) “Serviços culturais recreativos e religiosos” devido ao reforço de 7 milhões de CVE para o projeto “Centro de Artesanato de São Vicente”;
 - da diminuição decorrente da (i) dotação inscrita em 2021, por conta da conclusão da regularização de processos relativos aos Jogos Africanos de Praia, no montante de 61 milhões de CVE e (ii) realocação de verbas

da Direção Geral da Comunicação para a Agência de Regulação da Comunicação, no montante de 19 milhões de CVE, incluindo o pagamento de subsídios às imprensas;

- a função “Segurança e Ordem Pública” passa de 5.685 milhões de CVE no OR 2021 para 5.720 milhões de CVE no OE 2022 (+35 milhões de CVE), aumento justificado, sobretudo, pelo reforço da unidade orçamental “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” (+80 milhões de CVE), devido (i) à previsão da retoma do turismo que se traduz no aumento da taxa de segurança aeroportuária (receita consignada) e (ii) ao impacto dos recrutamentos dos agentes da Polícia Nacional no montante de 72 milhões de CVE. É de se realçar (i) a diminuição de verbas para a Proteção Civil no âmbito do combate à pandemia da Covid-19 (-82 milhões de CVE), com financiamento do Fundo Nacional de Emergência, o qual poderá ser retomado, considerando a evolução da pandemia, em 2022; (ii) a anulação de verbas relativas à unidade “Segurança nos Locais de Eleições” em face da conclusão do processo eleitoral em 2021 (-12 milhões de CVE); e (iii) a contenção e reprogramação de outras unidades orçamentais.

Tabela 9 - Evolução Funcional

(em milhões de CVE)

FUNÇÃO	CGE	Prov	OR	OE	Taxa de			Em % do PIB		
					crescimento em %			2020	2021	2022
	2019	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Serviços Públicos Gerais	18 910	15 041	18 500	19 339	-20,5	23,0	4,5	9,1%	10,5%	10,2%
Defesa	1 041	1 054	1 162	1 200	1,3	10,2	3,2	0,6%	0,7%	0,6%
Segurança e ordem pública	5 418	5 893	5 685	5 720	8,8	-3,5	0,6	3,6%	3,2%	3,0%
Assuntos económicos	6 308	5 918	10 006	8 417	-6,2	69,1	-15,9	3,6%	5,7%	4,5%
Protecção ambiental	1 201	898	1 687	3 340	-25,2	87,9	98,0	0,5%	1,0%	1,8%
Habitacção e desenvolvimento urbanís	1 896	505	3 786	4 536	-73,4	650,3	19,8	0,3%	2,2%	2,4%
Saúde	6 398	6 915	8 407	7 977	8,1	21,6	-5,1	4,2%	4,8%	4,2%
Serviços culturais recreativos e religic	775	595	735	755	-23,2	23,4	2,8	0,4%	0,4%	0,4%
Educação	13 110	11 466	11 683	11 415	-12,5	1,9	-2,3	7,0%	6,7%	6,0%
Protecção social	8 693	9 481	13 174	10 038	9,1	39,0	-23,8	5,7%	7,5%	5,3%
TOTAL	63 751	57 766	74 826	72 737	-9,4	29,5	-2,8	35,0%	42,6%	38,5%

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

106. Verifica-se, ainda, a redução de despesas em algumas funções do Estado, mais precisamente:

- a função “Proteção Social”, que representa 14,4 % do peso total do orçamento, que regista uma dotação orçamental de 13.174 milhões de CVE em 2021, contra o montante de 10.038 milhões de CVE (5,3% do PIB) em 2022. Essa diminuição de 23,8% (em termos absolutos, 3.136 milhões de CVE) decorre da diminuição verificada nas subfunções (i) “Habitação”, justificada pela conclusão do processo relativo ao projeto promoção habitacional (2.160 milhões de CVE) e do projeto habitação social Portelinha (518 milhões de CVE); e (ii) “Exclusão social” com a diminuição do desembolso externo relativo ao Rendimento Social de Inclusão (-683 milhões de CVE) decorrente da diminuição do financiamento externo. É de se destacar o aumento nas pensões do regime contributivo em 250 milhões de CVE;
- a função “Assuntos económicos”, que representa 11,7% do peso total do orçamento, passando de 10.006 milhões de CVE para 8.417 milhões de CVE (4,5% do PIB), o que se traduz numa redução de 15,9% (-1.589 milhões de CVE). Essa diminuição decorre da conjugação de vários fatores, podendo-se destacar:
 - a reprogramação do financiamento a empréstimos para os projetos “Preparação do Projeto Acesso Financiamento MPME”, “Projeto Cabo Verde Digital”, “Reforma do Sector Transporte” e “Terminal de Cruzeiros” no montante de -1.719 milhões de CVE; e
 - o reforço decorrente (i) do arranque das obras do projeto “Bacia Hidrográfica de São João Batista” (+401 milhões de CVE), (ii) da dinamização do sector do turismo com foco na governança que será liderado pelo Instituto do Turismo de Cabo Verde (+254 milhões de CVE) e (iii) da capitalização do Fundo Nacional de Emergência (+156 milhões de CVE);
- a função “Saúde” passa de uma dotação de 8.407 milhões de CVE para 7.977 milhões de CVE, o que representa em termos absolutos uma diminuição de 430 milhões de CVE (-5,1%), comparando com o OR 2021, justificada,

essencialmente, pela redução da subfunção “Serviços hospitalares gerais” e “Serviços de saúde pública”. Essa diminuição dá-se por causa da redução do financiamento externo na decorrência (i) da conclusão de obras relativas à construção e reabilitação dos hospitais e centros de saúde, bem como da obra “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” (329 milhões de CVE); e (ii) do facto de que os investimentos necessários para o combate da Covid-19 terem sido realizados em 2020 e 2021. Serão mantidos e reforçados, em 2022, os recursos correntes necessários para o combate e a resposta à pandemia;

- A função “Educação” representa cerca de 15,7% do peso total do orçamento e 6,0% do PIB, ou seja, prevê-se a execução do montante de 11.415 milhões de CVE, o que evidencia a prioridade que o Governo tem concedido ao sector da educação. Devido à diminuição de donativos, no montante de 224 milhões de CVE, nota-se uma redução de 2,3%, comparado com o OR 2021. Para 2022, prevê-se a continuidade de estratégias que visam melhorar a qualidade, eficácia, eficiência e efetividade das políticas educativas, através do reforço da qualidade da educação e dos serviços prestados pelos estabelecimentos de ensino.

4. RECEITAS CONSIGNADAS E RESPECTIVAS CONTRAPARTIDAS EM DESPESAS

(Alínea h) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

(em CVE)

RECEITAS		DESPESAS	
1. Contribuição Turística	512 000 000	1. Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo	512 000 000
1.1 Receitas do ano corrente	474 643 051		
1.2 Saldo do ano anterior	37 356 949		
2. Taxa Ecológica	1 018 176 918	2. Fundo do Ambiente	1 018 176 918
2.1 Receitas do ano corrente	721 088 973		
2.2 Saldo do ano anterior	297 087 945		
3. Receitas do Totoloto	56 702 767	3. Transferência	56 702 767
		3.1 Assuntos Sociais	13 085 254
		3.2. Fundo do Desporto	13 085 254
		3.3. Promoção de Atividades Culturais	13 085 254
		3.4. FICASE	13 085 254
		3.5. ICCA	4 361 751
4. Taxa Comunitaria CEDEAO	340 200 878	4. Transferência à Organismos Internacionais	340 200 878
5. Taxa Compensação Equitativa Cópia Privada	50 000 000	5. Transferência	50 000 000
		5.1. Outras transferências	35 000 000
		Sociedades de Gestão coletiva dos Direitos de Autor e Conexos	25 000 000
		Produtores de fonogramas e de videograma	10 000 000
		5.2. Fundo autónomo de Apoio a Cultura	15 000 000
6. Imposto Especial sobre Jogos	49 578 561	6. Distribuição	49 578 561
		6.1. Orçamento do Estado	24 789 281
		6.2. Fundo de Desenvolvimento Turístico	7 436 784
		6.3. Fundo de Desenvolvimento do Desporto	4 957 856
		6.4. Fundo Autónomo de Apoio a Cultura	4 957 856
		6.4. Municípios	4 957 856
		6.5. Fundo de Apoio ao Ensino e Formação	2 478 928
7. Taxa de Segurança Marítima	277 200 000	7. Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo	277 200 000
8. Taxa de Segurança Aeroportuária	883 630 904	8. Distribuição	883 630 904
		8.1. Orçamento do Estado	625 194 309
		8.2. Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras	258 436 595
9. Taxa pela emissão e substituição dos documentos de identificação c	306 516 802	9. Sistema Nacional de Identificação Civil - SNIAC	306 516 802
		9.1. Passaporte Eletrónico - PEC	191 524 912
		9.2. Cartão Nacional de Identificação - CNI	59 383 546
		9.3. Título de Residência de Estrangeiros - TRE	22 500 000
		9.4. Funcionamento do SNIAC	33 108 344
10. Contribuição das Operadoras de Comunicações e Taxa de Espectro	122 073 633	10 Fundo de Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (FUSI)	122 073 633
11. Vendas de Manuais Escolares	100 000 000	11. Fundo Autónomo de Edição de Manuais Escolares	100 000 000
12. Multas e coimas por crimes e contra-ordenação previstas no RJIT r	14 138 703	12. Distribuição	14 138 703
		12.1 Programa da Cidadania Fiscal	6 854 976
		12.2 Reforço da Inspeção, Fuga e Combate à Evasão Fiscal	7 283 727
13. Outras Receitas Consignadas do MEM	248 524 905	13. Distribuição	248 524 905
		13.1 Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo	75 024 905
		13.2 Fundo Autónomo das Pescas	173 500 000
14. Taxa de serviços Médico-Hospitalares (COVID 19)	190 000 000	14. Prevenção e Combate a Coronavírus	190 000 000
15. Outras Receitas Consignadas do MIOTH	35 137 092	15. Inspeção Geral do Ordenamento do Território, da Construção e da Imobiliária	35 137 092
16. Outras Receitas Consignadas do MAI	32 350 000	16. Distribuição	32 350 000
		16.1 Viação e Segurança Rodoviária	30 000 000
		16.2 Gestão de Segurança Privada	2 350 000
17. Taxa de Serviços Casa Cidadão	93 300 000	17. Distribuição	93 300 000
		19.1 Espaço Cidadão - Comunidade Integrada	15 000 000
		19.2 Qualidade Prestação de Serviço	40 500 000
		19.3 Implementação Balcão Único	5 800 000
		19.4 Implementação Novas Infraestruturas Tecnológicas	32 000 000
Total	4 329 531 163		4 329 531 163

5. DÍVIDA PÚBLICA E PASSIVOS CONTINGENTES

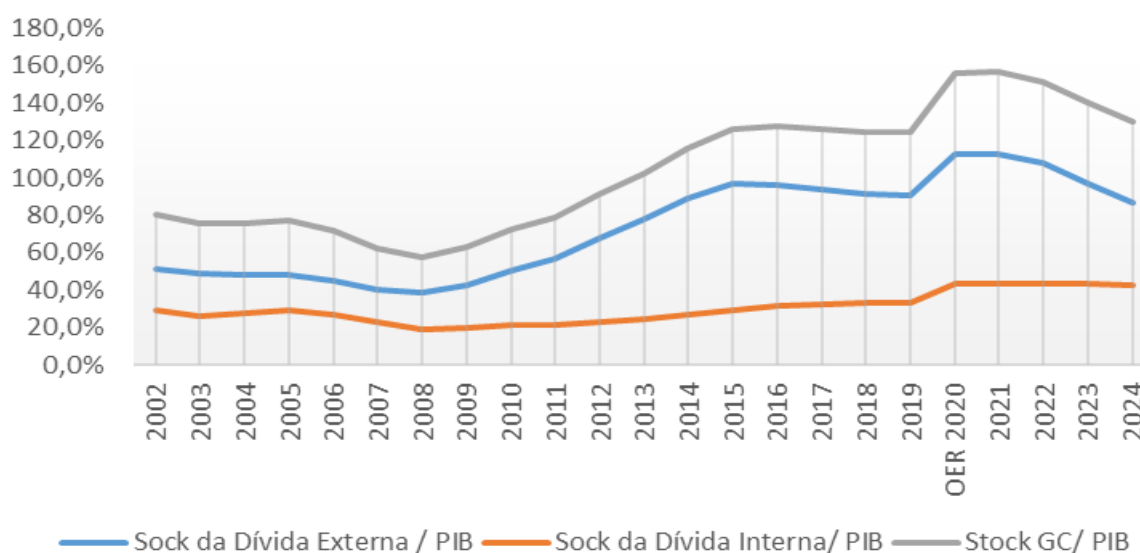
(Alíneas d) e f) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

5.1. Dívida Pública

107. A dívida do Governo Central (GC) registou um crescimento significativo, em relação ao PIB, entre 2008 e 2016. Tendência que se inverteu a partir de 2017 e que continuou, por três anos consecutivos, mas que foi bruscamente interrompida pelo efeito da crise mundial provocada pela pandemia da Covid-19. O Governo tinha-se comprometido fortemente com a adoção de medidas políticas económicas que conduzissem o rácio Dívida/PIB a níveis abaixo de 100%, no horizonte de 2023/24. O objetivo continua, e perspectiva-se que este será atingido a médio prazo.

108. Em 2020, com dados ainda provisórios, a dívida atingiu 155,6% do PIB, correspondendo, em termos absolutos, a 256.653 milhões de CVE. Para os anos de 2021 e 2022, prevê-se que, em termos nominais, a dívida do Governo Central atinja 272.266 milhões de CVE e 285.104 milhões de CVE e em percentagem do PIB, 153,9% e 150,9%, respetivamente.

Gráfico 14 - Evolução da Dívida Pública em % do PIB



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

109. O crescimento nominal líquido da dívida previsto para 2021 é de 15.613 milhões de CVE, prevendo uma diminuição de 38,8% comparativamente ao previsto no OR 2021. Para o ano de 2022, prevê-se o valor nominal líquido de 12.838 milhões de CVE, com a contribuição da dívida externa em 55,2%.

Tabela 10 - Principais Indicadores de Dívida

	em milhões de escudos			2020/2021	2021/2022
	2020 Prov	2021 OER	2022 Proj		
Dívida Pública	256 652,5	272 265,9	285 104,0	6,1%	4,7%
Dívida Interna	71 380,2	76 781,8	82 535,2	7,6%	7,5%
Dívida Externa	185 272,3	195 484,2	202 568,9	5,5%	3,6%
Varição em valores absolutos		15 613,5	12 838,1		
Dívida Interna		5 401,6	5 753,4		
Dívida Externa		10 211,9	7 084,7		
PIB	164 910,7	176 960,6	188 945,2		
Dívida Pública em % do PIB	155,6%	153,9%	150,9%		
Dívida Interna em % do PIB	43,3%	43,4%	43,7%		
Dívida Externa em % do PIB	112,3%	110,5%	107,2%		
Varição em pontos percentuais Dívida Pública		-1,8	-3,0		
Varição em pontos percentuais Dívida Interna		0,1	0,3		
Varição em pontos percentuais Dívida Externa		-1,9	-3,3		

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

5.1.1. Dívida Interna

110. A Dívida Pública do GC, contraída no mercado interno, atingiu em 2020 o valor de 71.380 milhões de CVE. Para 2021 e 2022 perspetivam-se os valores de 76.782 e 82.535 milhões de CVE, respetivamente.

111. Em termos relativos, prevê-se que essa componente da dívida pública tenha um aumento de cerca de 7,5% entre 2021 e 2022, um crescimento inferior ao crescimento verificado entre 2019 e 2020, dados ainda provisórios, em 0,3 pontos percentuais.

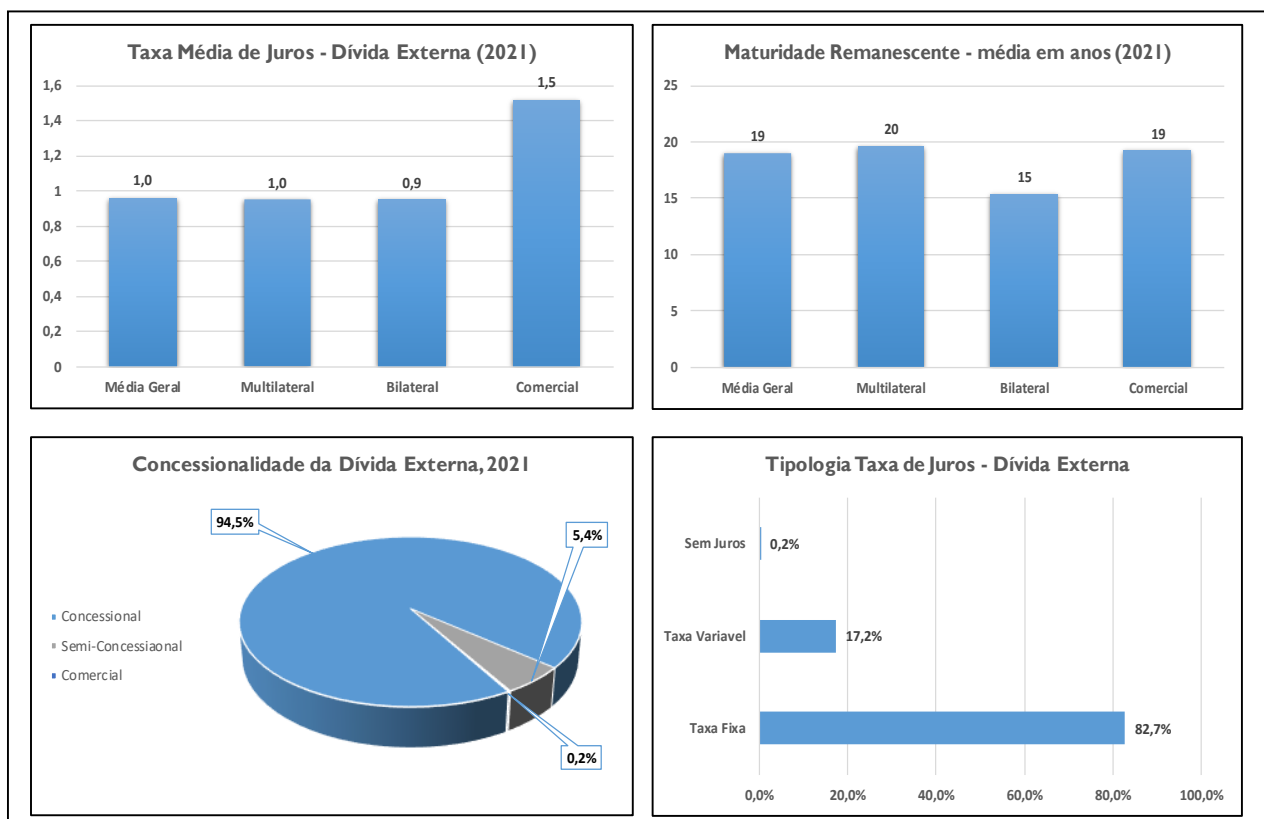
112. Quanto à evolução do rácio da Dívida Interna Bruta em relação ao PIB, a tendência observada é de um aumento tímido entre 2021 e 2022. No ano de 2020, esse indicador situou-se nos 43,3% e prevê-se que em finais de 2021 atinja os 43,4% e 43,7% em 2022.

113. A previsão é para que o serviço da dívida interna atinja os 11.112 milhões de CVE no ano de 2021 contra os 10.401 milhões de CVE registados em 2020. Para 2022, estima-se o valor de 11.809 milhões de CVE.
114. O rácio do serviço da dívida interna em relação ao PIB, para 2021 e 2022, estará em torno de 6,3% em ambos os exercícios fiscais.

5.1.2. Dívida Externa

115. O stock da dívida externa situou-se, no ano de 2020, em 185.272 milhões de CVE (dado ainda provisório). Estima-se que, para 2021 e 2022, considerando as necessidades líquidas de financiamento previstas, o stock dessa componente da dívida venha a situar-se em 195.484 e 202.569 milhões de CVE, respetivamente.

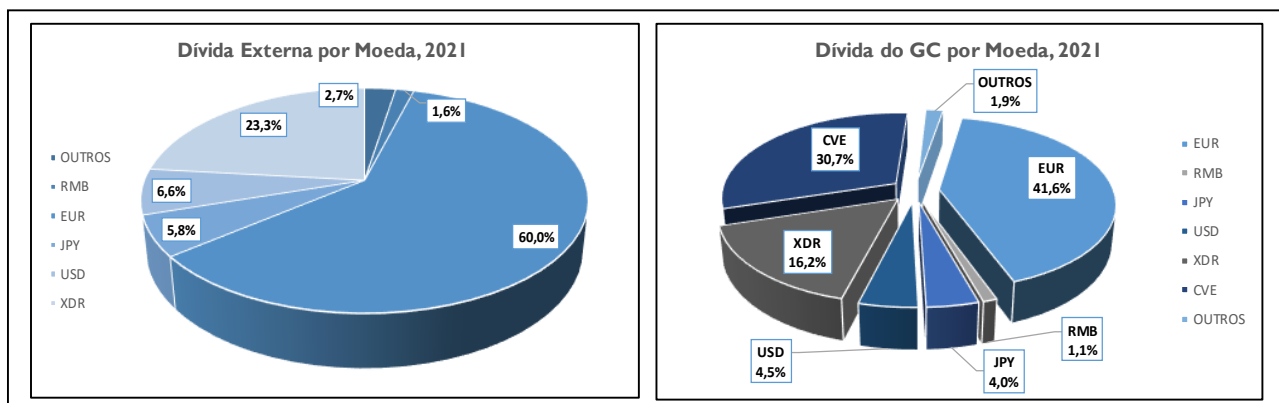
Gráfico 15 - Característica da Dívida Externa



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

116. A dívida externa é contratada na sua maioria junto de credores multilaterais, nomeadamente o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, vertente de empréstimo com condições financeiras concessionais (94,5%). Existem, todavia, alguns empréstimos com valores relevantes contratados junto de credores comerciais que, contudo, também beneficiam de condições concessionais e com garantia externa.
117. A moeda predominante nas contratações externas é o euro, uma opção feita considerando a sua paridade fixa com a moeda nacional, com o objetivo de mitigar o risco cambial do portfólio.

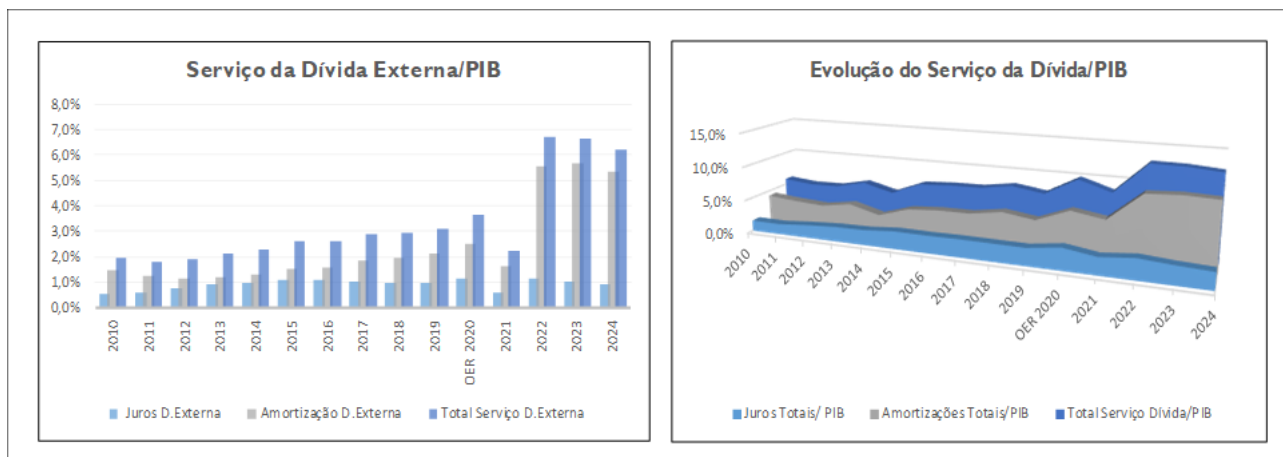
Gráfico 16 - Dívida Externa por Moeda de Contratação



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

118. Para o ano de 2022, calcula-se que o montante de desembolsos da dívida externa seja no valor de 16.089 milhões de CVE, provenientes de credores multilaterais e bilaterais, como tem sido hábito.
119. Relativamente ao serviço da dívida externa, a previsão é de que atinja o valor de 3.955 milhões de CVE em 2021 contra os 5.984 milhões de CVE registados em 2020, isso tendo em conta que a moratória concedida em 2020 foi apenas de um semestre e para 2021 a moratória está prevista para todo o ano. Para 2022, estima-se o valor de 12.615 milhões de CVE.

Gráfico 17 - Evolução do Serviço da Dívida



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

120. O rácio do serviço da dívida externa em relação ao PIB, para 2021 e 2022, deverá atingir 2,2% e 6,7%, respetivamente.

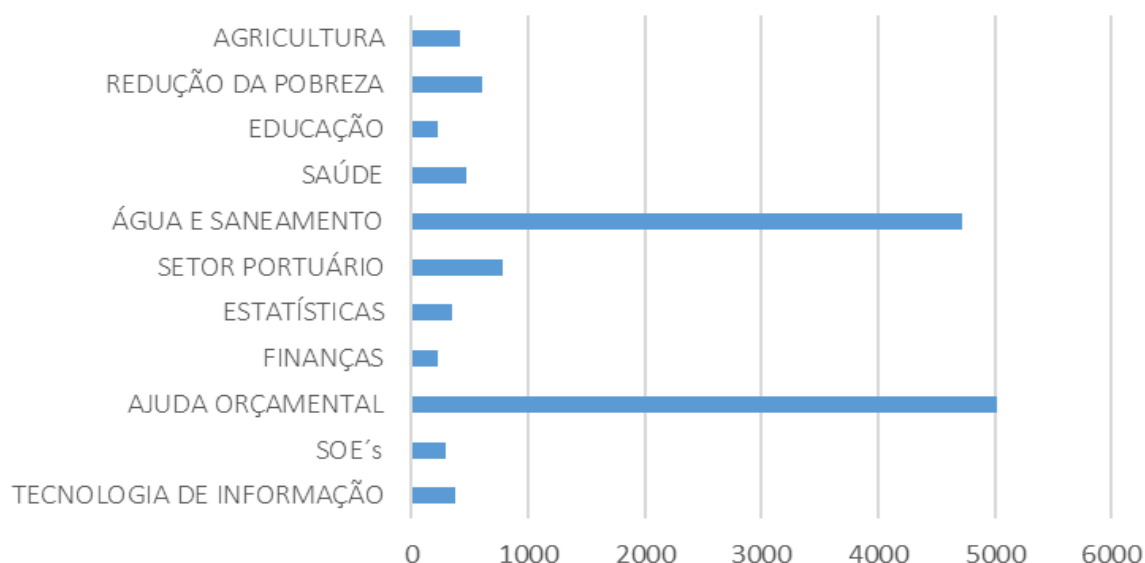
5.1.3. Programação/Financiamento para 2022

121. Para o ano de 2022, o Governo prevê contratar 30.239 milhões de CVE para cobrir as necessidades de financiamento do orçamento. A previsão é de que este valor seja financiado em torno de 53,2% com dívida externa e 46,8% com títulos de tesouro emitidos no mercado doméstico, o que irá representar, em termos absolutos, 16.089 e 14.149 milhões de CVE, respetivamente. No gráfico abaixo apresenta-se a perspetiva de mobilização de recursos externos para 2022, com empréstimos, por sector da economia.
122. O euro continuará a ser a moeda priorizada nas contratações junto da Zona Euro e USD para as contratações junto dos restantes credores.
123. As fontes do financiamento externo serão na sua maioria provenientes de credores multilaterais e bilaterais, ainda dispostos a conceder ao país créditos em termos concessionais e semi-concessionais.
124. O endividamento interno far-se-á com emissões de Títulos de Tesouro de curto, médio e longo prazos, para manter o equilíbrio da tesouraria e financiar

contrapartidas nacionais nos projetos com financiamentos externos, respeitando sempre o máximo estabelecido nos orçamentos de cada ano.

Gráfico 18 - Recursos Mobilizados por Sector – 2022

(em milhões de CVE)



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

5.1.4. Empréstimos de Retrocessão

125. Os empréstimos de retrocessão enquadram-se na estratégia de implementação de um modelo de gestão das infraestruturas públicas, de forma a gerar benefícios económicos futuros e externalidades positivas para a economia real. Para o efeito, pretende-se retroceder em 2022 projetos estruturantes, no valor de 964 milhões de CVE, nas mesmas condições financeiras contratadas pelo Governo. Os ativos relativos aos investimentos em referência serão posteriormente passados para o Balanço de Empresas Públicas, que são instrumentos de implementação da política económica pública, passando assim a gestão das mesmas a ser feita numa lógica empresarial. Paralelamente, objetiva-se priorizar contratos de concessão das infraestruturas e estabelecimento de Parcerias Público-Privadas por forma a estimular o sector privado e rentabilizar os ativos do Estado.

Tabela 11 - Empréstimos de Retrocessão

(em milhões de CVE)

PROGRAMA DE INEVSTIMENTO - RETROCESSÃO	Financiador	Beneficiários	2019	2020	2021	2022
Dessalinizadores Sal e S. Vicente	AFD	Electra	840,2	227,7	-	-
Dessalinizadora Palmarejo Electra	Áustria	Electra	-	551,3	-	-
Modernização e Extensão do Aeroporto da Praia	BAD	ASA	630,4	-	-	-
Parque Tecnológico	BAD	NOSI	550,3	2 090,2	-	408,0
Modernização Expansão Porto Maio	BAD	ENAPOR	2,9	509,6	579,1	555,5
TOTAL - Valor em CVE			2 023,8	3 378,8	579,1	963,5

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

5.2. Avals e Garantias

126. A política de Avals e Garantias é regulamentada pelo decreto Lei nº 42/2018, de 29 de junho que abrange operações de crédito (mercado interno) a serem realizados pelos municípios, serviços personalizados do Estado e empresas públicas, que podem ser estendidos às empresas privadas quando se tratar de desígnios de reconhecido interesse nacional.
127. Para o OE 2022, a política de concessão de avals e garantias do Estado continuará direcionada de forma diferenciada, de modo a estar em consonância com as novas políticas económicas do Governo que visam aumentar a dinâmica do sector privado no país, respeitando as disposições legais em vigor.
128. A ideia central será a de aumentar o acesso ao crédito para proporcionar mais oportunidades às famílias, à camada jovem e às empresas, facilitando o processo de transformação de ideias e projetos em negócios sustentáveis, no sentido de se criarem atividades geradoras de empregos, de rendimento e de riqueza e que, também, deverão contribuir para dinamização do crescimento económico do país.
129. O stock da dívida garantida pelo Estado a 31 de dezembro de 2020 ascendia a 16.917 milhões de CVE, concentrando-se nas operações contratadas pelas empresas, municípios e outras entidades que constam da tabela abaixo.

Tabela 12 - Stock de Avais e Garantias

Instituição	Milhões CVE			Var %	
	2019	2020P	jun/21	2019/2020	2020/2021
C. Municipal Porto Novo	63,0	63,2	63,2	0,3%	0,0%
C. Municipal Santa Catarina	49,4	40,8	4,1	-17,5%	-90,0%
C. Municipal São Vicente	176,3	179,5	179,5	1,8%	0,0%
C. Municipal Paul	74,1	72,3	72,3	-2,4%	0,0%
Electra	4 845,5	4 800,8	4 687,9	-0,9%	-2,4%
Enapor	99,2	80,0	78,2	-19,4%	-2,3%
IFH	1 532,4	1 082,0	903,3	-29,4%	-16,5%
TACV	2 906,1	3 715,2	5 363,4	27,8%	44,4%
Águas de Santiago	260,6	453,3	479,5	74,0%	5,8%
CERMI	19,8	18,2	17,7	-8,2%	-2,7%
Outros	9,5	290,4	323,0	2961,9%	11,2%
SDTIBM	0,0	343,8	407,3	-	18,5%
NEWCO	4 194,7	3 964,5	3 905,0	-5,5%	-1,5%
CV Telecom	0,0	1 655,3	2 279,3	-	37,7%
CV Inter-ilhas	0,0	513,9	516,9	-	0,6%
Total	14 230,7	17 273,2	19 280,6	21,4%	11,6%

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

130. Para o ano de 2021, o Estado estabeleceu no Orçamento Retificativo um limite máximo de concessão de avais e garantias, no valor de 15.000 milhões de CVE, sendo 8.000 milhões de CVE para operações financeiras internas e externas do sector público e 6.500 milhões de CVE para operações financeiras internas e externas do sector privado e 500 milhões de CVE para operações dos partidos políticos ou outras organizações afins.
131. Para o exercício económico de 2022 o limite, em termos absolutos, será de 11.000 milhões de CVE. O montante será repartido em 67,8% para o sector público e 32,2% para o sector privado, conforme indicado, em detalhes, na tabela que se segue.
132. A abordagem em termos de política de concessão de avais e garantias do Estado visa dar cumprimento ao programa do Governo na vertente de impulsionar o sector privado no acesso ao crédito, na reestruturação do tecido empresarial

público, no programa de luta contra pobreza e desigualdade social e redução do desemprego.

Tabela 13 - Avals e Garantias para 2022

(em milhões de CVE)

PROGRAMAS	Público	Privado	Total
REFORMA SEE	6 500,0	0,0	6 500,0
STARTUP JOVEM	0,0	350,0	350,0
MICRO FINANÇAS	0,0	200,0	200,0
MÉDIAS EMPRESAS	0,0	750,0	750,0
GRANDES EMPRESAS	0,0	750,0	750,0
INTERNACIONALIZAÇÃO	0,0	750,0	750,0
LINHA SUPLEMENTAR	500,0	1 200,0	1 700,0
	7 000,0	4 000,0	11 000,0

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

133. Os objetivos estratégicos estarão centrados na melhoria da performance económica e financeira das empresas públicas, de forma a reduzir o peso das despesas no Orçamento do Estado, na prestação de serviços de qualidade para todos os cidadãos, no acesso ao crédito, na internacionalização das empresas cabo-verdianas, em suma, na criação de uma base de crescimento sólido e integrado da economia.

6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

(Alínea c) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

134. No domínio da Gestão de recursos humanos, no ano de 2022, o Governo irá dar continuidade à política iniciada em 2021, nomeadamente submeter ao parlamento a proposta de lei que aprova a nova Lei de Bases da Função pública elaborada e colocada à consulta pública em finais de 2021, enquanto diploma legal que constitui o alicerce de todos os instrumentos de Gestão de Recursos Humanos.
135. Será dada continuidade ao processo de elaboração e aprovação do Plano de Carreiras, Funções e Remunerações do regime geral da função pública e a tabela remuneratória única para toda a Administração Pública, iniciado em 2021 e não concluído por estar diretamente dependente da aprovação da Lei de Bases da Função Pública.
136. Em decorrência ao referido acima, será elaborado e aprovado o novo regime de mobilidade dos funcionários e agentes na Administração Pública, considerando que a nova Lei de Bases da Função Pública consagra novos princípios relativos à mobilidade na Função Pública, perspetivando garantir a coerência entre o princípio de igualdade de acesso e a obrigatoriedade de recrutamento por mérito e o acesso aos cargos por mobilidade.
137. Em 2022, dar-se-á continuidade ao programa de regularização de precários na Administração Pública. Com a aprovação dos instrumentos legais que estabelecem e regulam os termos da regularização, em 2021 foram criadas condições para durante o ano de 2022 serem lançados os concursos para regularização dos vínculos considerados precários e proceder à efetiva integração na Administração Pública do pessoal com vínculo precário em regime de carreira. Por outro lado, serão criadas as condições para a efetiva implementação do programa também nas autarquias locais.
138. Propõe-se, ainda, implementar os sistemas de informação relativo ao processo de recrutamento, aposentação e gestão de desempenho desenvolvidos no decorrer do ano de 2021.

139. Em 2022, será realizado o recenseamento geral dos funcionários e agentes da Administração Pública, visando a obtenção de informações reais e atualizadas relativas ao perfil dos servidores públicos, determinando-se ainda ao número exato e a distribuição em gênero e territorial dos mesmos. Na sequência irá ser desenvolvida uma nova base de dados da Administração que deverá englobar os servidores da Administração central direta e indireta e demais organismos públicos.
140. Em 2022, será realizado um estudo atuarial, visando a elaboração e implementação de um novo regime de proteção social na Administração Pública.
141. Será desenvolvido e implementado o sistema de tramitação digital dos atos de gestão dos recursos humanos na Administração Pública. Com este sistema pretende-se introduzir maior celeridade e eficácia e transparência nos atos de gestão de recursos humanos na Administração Pública, podendo cada sector acompanhar a tramitação legalmente estabelecida por via eletrónica.
142. No decorrer do ano de 2022 será realizado um estudo diagnóstico sobre a situação da Igualdade, Equidade de Género na Administração Pública visando a elaboração da estratégia e do plano de ação para igualdade equidade e género na Administração Pública. Com este projeto visa-se reduzir a desigualdade entre os homens e mulheres no acesso aos cargos de chefia, e promover e incentivar a paridade na Administração Pública.

7. MAPA DAS PREVISÕES DE ACRÉSCIMOS DE DESPESA COM O PESSOAL E ENGARGOS PROVISIONAIS

(Alínea i) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

(em CVE)

	OR 2021	OE 2022	PREVISÃO ACRÉSCIMO
DESPESAS COM O PESSOAL			
Pessoal de Quadro	11 609 966 270	11 830 867 350	220 901 080
Dotações Provisionais	846 074 451	533 244 323	-312 830 128
Contribuição para Segurança Social	1 887 691 177	1 912 513 266	24 822 089
Quadro Especial e Outros Contratos	6 386 673 383	6 234 346 176	-152 327 207
Total da Despesa com pessoal	20 730 405 281	20 510 971 115	-219 434 166
DESPESAS COM PENSIONISTAS			
Pensão do Regime Contributivo	5 314 547 398	5 564 547 398	250 000 000
TOTAL GERAL	26 044 952 679	26 075 518 513	30 565 834

8. OPERAÇÕES DE TESOURARIA E CONTAS DO TESOURO

(Alínea e) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

(em CVE)

	Execução 2019	Execução 2020	Estimativa 2021	Previsão 2022
1. Saldos da Conta do Tesouro no BCV	4 515 393 390	2 390 720 043	2 318 999 648	2 665 511 517
Depósitos do Orçamento	2 816 665 343	633 208 521	300 000 000	480 000 000
Projecto de investimentos	784 577 505	1 139 450 827	1 162 239 844	1 185 484 640
Outros	172 259 284	118 717 609	118 836 327	118 955 163
Depósitos de Divisas	719 708 956	477 160 784	715 741 176	858 889 411
Fundos de Regularização da Dívida Pública	22 182 302	22 182 302	22 182 302	22 182 302
2. Operações de Tesouraria	2 364 335 258	1 151 269 142	1 632 312 517	1 698 911 077
Retenções de Terceiros	996 908 420	992 244 343	996 213 320	999 201 960
Outras Operações internas do Tesouro líquido	1 367 426 838	159 024 799	636 099 197	699 709 116

9. SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

(Alínea j) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

(em CVE)

Descrição Orgânica	Receitas			Despesas						
	Receitas Próprias	09.01.03.01- Recebidas Pelos FSA	Saldo Inicial 2019	Orçamento Inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Actual	Orçamento Liquidado	Orçamento Por Pagar	Executadas no Tesouro	Total Execução
OSOB - Presidência Da República	0	237 943 767	18 940 055	224 791 904	20 000 000	244 791 904	219 040 704	0	219 040 704	219 040 704
OSOB - Assembleia Nacional	0	826 904 894	67 660 089	833 379 414	0	833 379 414	790 530 688	0	790 530 688	790 530 688
OSOB - Tribunal Constitucional	0	52 505 651	6 075 448	52 505 649	0	52 505 649	43 390 069	0	43 390 069	43 390 069
OSOB - Supremo Tribunal De Justiça	0	48 466 353	12 316 436	57 834 492	0	57 834 492	44 573 214	0	44 573 214	44 573 214
OSOB - Procuradoria Geral Da República	0	0	25 327 661	83 516 211	0	83 516 211	73 287 196	0	73 287 196	73 287 196
OSOB - Tribunal De Contas	22 971 240	123 820 331	127 821 062	150 125 457	0	150 125 457	129 958 817	0	129 958 817	129 958 817
OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial	0	467 676 669	127 242 319	480 044 796	0	480 044 796	446 453 306	0	446 453 306	446 453 306
OSOB - Conselho Superior Do Ministério Público	0	371 420 989	12 156 719	365 817 459	0	365 817 459	352 858 066	0	352 858 066	352 858 066
CHGOV - Alta Autoridade Para A Imigração	0	3 286 657	0	0	5 122 323	5 122 323	3 286 657	0	3 286 657	3 286 657
MF - Instituto Nacional De Estatística	37 500	209 401 068	304 991 709	215 973 685	-521 064	215 452 621	168 079 079	0	168 079 079	168 079 079
MF - Autoridade Reguladora De Aquisições Públicas	14 898 163	39 590 445	21 648 132	57 551 748	0	57 551 748	52 287 623	0	52 287 623	52 287 623
MF - Instituto De Emprego E Formação Profissional	78 230 970	79 338 209	132 446 326	109 843 078	0	109 843 078	80 868 452	0	80 868 452	80 868 452
MF - Cabo Verde Tradeinvest	0	93 429 101	19 613 048	93 429 099	0	93 429 099	76 675 883	0	76 675 883	76 675 883
MF - Pro - Empresa	436 625	78 105 442	43 187 847	83 105 442	0	83 105 442	60 484 415	0	60 484 415	60 484 415
MD - Forças Armadas	31 086 489	919 128 610	41 835 540	976 981 007	0	976 981 007	948 126 435	0	948 126 435	948 126 435
MJT - Cofre Geral De Justiça	406 471 794	0	107 201 009	505 455 573	0	505 455 573	259 772 500	0	259 772 500	259 772 500
MJT - Polícia Judiciária	2 987 115	406 325 532	10 019 566	420 616 143	0	420 616 143	410 443 649	0	410 443 649	410 443 649
MJT - Comissão Nacional Para Os Direitos Humanos E Cidadania	0	20 161 256	9 033 935	20 161 255	0	20 161 255	18 155 727	0	18 155 727	18 155 727

Descrição Orgânica	Receitas			Despesas						
	Receitas Próprias	09.01.03.01- Recebidas Pelos FSA	Saldo Inicial 2019	Orçamento Inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Actual	Orçamento Liquidado	Orçamento Por Pagar	Executadas no Tesouro	Total Execução
MJT - Unidade De Informação Financeira	0	19 809 489	30 834 757	19 809 489	-678 897	19 130 592	7 103 181	0	7 103 181	7 103 181
MAI - Polícia Nacional	31 364 346	2 883 918 958	163 920 622	2 965 584 478	0	2 965 584 478	2 850 508 836	0	2 850 508 836	2 850 508 836
MTT - Instituto De Prevenção E Investigação De Acidentes Aeronáuticos E Marítimos	25 174 578	0	46 064 847	67 797 702	0	67 797 702	25 775 508	0	25 775 508	2 419 058
MTT - Instituto Do Turismo De Cabo Verde	12 000 000	10 775 342	3 056 101	37 049 638	5 592 903	42 642 541	22 772 101	0	22 772 101	22 772 101
MEM - Instituto Marítimo E Portuário	78 300 530	61 438 321	4 136 480	174 737 835	-400 000	174 337 835	143 176 188	0	143 176 188	143 176 188
MEM - Fundo Autónomo Do Desenvolvimento De Transporte Marítimo	251 379 966	120 000 000	300 175 853	623 712 236	120 000 000	743 712 236	63 395 550	0	569 940 345	569 940 345
MEM - Fundo Das Pescas	139 028 806	6 651 409	0	29 491 077	6 651 409	36 142 486	31 208 553	0	31 208 553	31 208 553
MEM - Instituto Do Mar	6 305 990	12 705 405	65 984 291	46 041 114	0	46 041 114	32 956 736	0	33 985 330	33 985 330
MICE - Instituto De Gestão De Qualidade E Da Propriedade Intelectual	37 500	24 862 843	190 222 736	34 303 092	0	34 303 092	29 144 316	0	29 144 316	29 144 316
MAA - Instituto Nacional De Investigação E Des. Agrário	6 705 472	29 939 647	188 169 131	61 108 334	0	61 108 334	46 570 407	0	46 570 407	46 570 407
MAA - Instituto Nacional De Meteorologia E Geofísica	132 870 600	13 938 168	16 544 610	139 193 167	0	139 193 167	136 034 905	0	136 034 905	136 034 905
MAA - Agência Nacional De Água E Saneamento	55 344 899	8 567 366	180 226 184	94 317 345	0	94 317 345	71 726 874	0	71 726 874	71 726 874
ME - Fundação Cabo-verdiana De Ação Social E Escolar	60 001 836	750 619 795	159 108 247	896 723 028	0	896 723 028	824 229 506	0	824 229 506	824 229 506
ME - Universidade De Cabo Verde	359 058 634	294 387 101	77 537 047	856 809 065	0	856 809 065	658 397 203	0	658 397 203	658 397 203
ME - Agência De Regulação Do Ensino Superior	3 241 199	20 608 347	2 006 581	30 250 796	0	30 250 796	21 153 899	0	21 153 899	21 153 899
ME - Universidade Técnica Do Atlântico	36 858 481	56 643 643	0	115 048 579	0	115 048 579	93 216 237	0	93 216 237	93 216 237
MD - Estádio Nacional	6 939 582	31 430 558	7 679 639	43 070 671	0	43 070 671	34 232 557	0	34 232 557	34 232 557
MD - Organização Nacional Antidopagem De Cabo Verde	0	8 977 048	436 703	14 709 438	1 195 841	15 905 279	8 994 838	0	8 994 838	8 994 838
MFIS - Instituto Cabo-verdiano Da Criança e do Adolescente	65 000	137 872 162	38 095 366	142 833 913	0	142 833 913	102 042 612	0	102 042 612	102 042 612
MFIS - Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género	0	20 540 549	31 412 830	20 540 550	0	20 540 550	19 095 528	0	19 095 528	19 095 528
MFIS - Centro Nacional De Pensões Sociais	0	2 055 699 445	72 358 953	1 747 931 868	-12 663 000	1 735 268 868	1 727 692 365	0	1 727 692 365	1 727 692 365

Descrição Orgânica	Receitas			Despesas						
	Receitas Próprias	09.01.03.01- Recebidas Pelos FSA	Saldo Inicial 2019	Orçamento Inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Actual	Orçamento Liquidado	Orçamento Por Pagar	Executadas no Tesouro	Total Execução
MCIC - Arquivo Histórico Nacional	687 549	35 385 151	1 735 959	35 885 150	0	35 885 150	35 533 161	0	35 533 161	35 533 161
MCIC - Biblioteca Nacional de Cabo Verde	286 964	29 880 472	2 163 701	30 830 473	0	30 830 473	30 422 393	0	30 422 393	30 422 393
MCIC - Instituto Do Património Cultural	0	56 504 725	6 817 479	58 167 035	0	58 167 035	56 883 779	0	56 883 779	56 883 779
MCIC - Fundo Autónomo De Apoio À Cultura E As Indústrias Criativas	0	0	26 880 751	44 467 146	509 821	44 976 967	44 268 243	0	44 268 243	44 268 243
MCIC - Centro Nacional De Artesanato E Design	0	13 451 892	755 672	13 451 892	0	13 451 892	13 286 515	0	13 286 515	13 286 515
MSSS - Hospital Central Agostinho Neto	281 643 633	259 840 972	123 924 865	711 992 698	-5 104 675	706 888 023	586 040 842	0	586 040 842	586 040 842
MSSS - Hospital Central Baptista De Sousa	159 200 350	167 632 476	5 904 499	489 413 401	0	489 413 401	328 164 892	0	328 164 892	328 164 892
MSSS - Instituto Nacional de Saúde Pública	14 220 987	30 995 975	3 654 032	31 295 979	0	31 295 979	27 212 333	0	27 212 333	27 212 333
MSSS - Região Sanitária Santiago Norte	59 244 420	120 668 262	4 849 901	309 207 071	-6 050 851	303 156 220	177 579 316	0	177 579 316	177 579 316
MSSS - Hospital Regional Dr João Morais	21 240 339	10 115 641	10 061 358	45 996 139	0	45 996 139	37 256 368	0	37 256 368	37 256 368
MSSS - Hospital Ramiro Figueira	18 570 650	10 475 704	12 090 236	44 474 555	0	44 474 555	36 442 057	0	36 442 057	36 442 057
MSSS - Hospital Regional São Francisco de Assis	16 525 548	20 028 288	21 124 467	58 479 680	-649 570	57 830 110	45 611 097	0	45 611 097	45 611 097
MSSS - Comissão De Coordenação Do Álcool E De Outras Drogas	1 004 035	29 915 276	2 257 695	32 146 211	0	32 146 211	29 695 307	0	29 695 307	29 695 307
MIOTH - Instituto Nacional De Gestão Do Território	5 456 248	26 706 507	29 677 933	67 654 423	0	67 654 423	46 464 196	0	46 464 196	46 464 196
Total Geral	2 339 878 038	11 358 491 911	2 917 386 427	14 865 657 680	133 004 240	14 998 661 920	12 622 560 879	0	13 130 134 268	13 106 777 818

OBS: Dados provisórios tendo em conta que ainda está em curso o processo de fecho da conta

10. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL

(Alínea b) do n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

(em CVE)

Designação	Orç. Inicial	Orç. Actual	Receitas	% Total Rec.
Taxa Social Única e Outras Contribuições	69 542 690	69 542 690	78 056 278	100,0%
Total de Receita	69 542 690	69 542 690	78 056 278	100,0%
Designação	Orç. Inicial	Orç. Actual	Despesas	% Total Desp.
Segurança Social para Agentes do Estado	1 942 478 763	2 110 749 929	1 927 425 614	21,5%
Contribuição para Segurança Social	1 729 969 331	1 925 606 230	1 787 657 500	19,9%
Encargos com a saúde	103 742 250	119 326 141	89 574 964	1,0%
Abono de Família	20 874 286	20 262 018	13 583 696	0,2%
Seguros Acidente de trabalho e doenças profissionais	85 521 290	42 742 055	35 917 198	0,4%
Encargos de segurança social diversos	2 371 606	2 813 485	692 256	0,0%
Pensões	6 621 480 161	7 056 303 111	7 039 183 108	78,5%
Pensões de aposentação a)	4 399 674 242	4 809 920 192	4 799 509 900	53,5%
Pensões de sobrevivência	266 000 000	293 750 000	290 088 409	3,2%
Pensões de regime não contributivo	1 926 802 057	1 923 629 057	1 921 353 252	21,4%
Pensões de Reserva	27 371 862	27 371 862	26 599 547	0,3%
Pensões do ex-Presidente	1 632 000	1 632 000	1 632 000	0,0%
Total Despesa	8 563 958 924	9 167 053 040	8 966 608 722	100,0%
Saldo	-8 494 416 234	-9 097 510 350	-8 888 552 444	
Instituto de Previdência Social				
Designação	Orç. Inicial*	Orç. Inicial INPS**	Receitas	% Total Rec.

Receitas Correntes	8 409 794 000	8 654 165 000	11 242 490 000	83,7%
Contribuições	0	8 409 794 000	10 843 256 000	80,7%
Comp. Convenções Internacionais	0	244 371 000	142 697 000	1,1%
Outras Receitas	0	0	256 537 000	1,9%
Transferências Correntes	244 371 000	0	0	0,0%
Receitas de Capital	0	2 518 869 000	2 190 328 000	16,3%
Rendimentos Financeiros	0	2 518 869 000	2 190 328 000	16,3%
Total de Receitas	8 654 165 000	11 173 034 000	13 432 818 000	100,0%
Designação	Orç. Inicial*	Orç. Inicial INPS**	Despesas	% Total Desp.
Despesas Correntes	6 898 720 000	8 616 872 000	8 272 930 000	98,1%
Doença e Maternidade	2 799 503 000	2 799 503 000	2 767 732 000	32,8%
Prestações Diferidas	2 576 922 000	2 576 922 000	2 386 273 000	28,3%
Abono de Família e Prest. Complementares	411 419 000	411 419 000	407 584 000	4,8%
Subsídio de Desemprego	394 449 000	394 449 000	131 642 000	1,6%
Despesas com o Pessoal	444 412 000	444 412 000	416 837 000	4,9%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	272 015 000	267 343 000	202 516 000	2,4%
Impostos e outros custos administrativos	0	4 672 000	2 938 000	0,0%
Amortização de imobilizado corpóreo e incorpóreo	0	130 023 000	61 675 000	0,7%
Provisões do exercício	0	344 217 000	454 590 000	5,4%
Custos e perdas extraordinárias	0	1 243 912 000	1 441 143 000	17,1%
Despesa de Capital	0	250 592 000	160 682 000	1,9%
Imposto Sobre Capital	0	250 000 000	160 682 000	1,9%
Outros custos e perdas financeiras	0	592 000	0	0,0%
Total de Despesas	6 898 720 000	8 867 464 000	8 433 612 000	100,0%

Saldo	1 755 445 000	2 305 570 000	4 999 206 000	
--------------	----------------------	----------------------	----------------------	--

Instituto de Previdência Social + Administração Central

Designação			Total Geral
Receitas de INPS + Administração Central	8 723 707 690	11 242 576 690	13 510 874 278
Despesas de INPS + Administração Central	15 462 678 924	18 034 517 040	17 400 220 722
Saldo	-6 738 971 234	-6 791 940 350	-3 889 346 444

(*) Orçamento Retificativo Administração Central, inclui Serviços Autônomos

(**) Orçamento Retificativo Aprovado pelo INPS

a) Inclui o Programa de Investimento

11. BENEFÍCIOS FISCAIS E ESTIMATIVA DA RECEITA CESSANTE

(Alínea k) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

11.1. Evolução de Benefícios Fiscais no triénio 2018-2020

143. As despesas fiscais derivadas da concessão de benefícios fiscais registaram, no ano fiscal de 2020, uma variação negativa de 0,9%, ou seja, -106 milhões de CVE, em face do valor registado em 2019. Essa variação negativa deveu-se fundamentalmente à diminuição do volume de importação para o regime geral (consumo) que, no período em apreço, registou uma redução de 11,5%, impactando negativamente as isenções de natureza aduaneira que, relativamente ao período homólogo, registaram uma diminuição de 7,2%, ou seja, -343 milhões de CVE, comparativamente ao valor registado em 2019.

Tabela 14 - Variação de Benefícios Fiscais no período 2019 a 2021

(em milhões de CVE)

DEPARTAMENTO	2019	2020	2021E	VARIACÃO	
				2020 / 2019	2021 / 2020
Direção Geral das Contribuições e Impostos	7 565,2	7 798,5	7 593,7	3,1%	-2,6%
Direção Geral das Alfândegas	4 773,0	4 430,3	4 033,0	-7,2%	-9,0%
BENEFÍCIOS FISCAIS	12 338,2	12 227,8	11 625,7	-0,9%	-4,9%

E = Estimativa

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

11.1.1. Direção Geral das Contribuições de Impostos (DGCI)

144. Conforme se pode verificar na tabela que se segue, as despesas fiscais em sede de impostos geridos pela Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), em especial o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), registaram, no ano fiscal 2020, um aumento de 3,1%, ou seja, mais 232 milhões de CVE do que o valor registado em 2019.

Tabela 15 - Despesa Fiscal - DGCI, 2019 a 2021

(em milhões de CVE)

Tipo de Imposto	2019	2020	2021E	VARIACÃO	
				2020 / 2019	2021 / 2020
IRPC	1.293,9	561,0	139,1	-56,6%	-75,2%
IVA - Mercado Interno	6.271,3	7.236,5	7.453,6	15,4%	3,0%
TOTAL BF_DGCI	7.565,2	7.797,5	7.592,7	3,1%	-2,6%

E – Estimativa

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

145. Essa variação positiva reflete o aumento da despesa fiscal em sede do IVA - Mercado Interno de 15,4%, mais 965 milhões de CVE do que em 2019, fruto do aumento do consumo de bens essenciais que estão isentos de tributação em sede do IVA.
146. Por sua vez, a despesa fiscal decorrente de benefícios fiscais concedidos em sede do IRPC registou uma diminuição de -56,6%, ou seja, de -733 milhões de CVE em face do período homólogo de 2019.

11.1.1.1. Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de Benefício Fiscal

147. Em linha com a tendência registada nos últimos anos, o crédito fiscal ao investimento é a modalidade com maior peso no cômputo geral das principais modalidades de incentivos fiscais concedidos em sede do IRPC, tendo absorvido 41,1% do total dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Cabo Verde em sede do IRPC, não obstante uma diminuição de 65% relativamente a 2019.

Tabela 16 - Benefícios Fiscais em sede do IRPC, por Modalidade de Benefício Fiscal

(em milhões de CVE)

MODALIDADES DE BF	2019	2020	2021E	VARIÇÃO	
				2020 / 2019	2021 / 2020
Isenção Total	372,9	130,1	17,4	-65,1%	-86,6%
Redução de Taxa	235,2	171,8	35,1	-26,9%	-79,6%
Crédito Fiscal ao Investimento	659,6	230,7	62,2	-65,0%	-73,1%
Mecenato e Outras Majorações de Custos	22,5	28,2	24,4	25,5%	-13,6%
Outros Benefícios	3,7	0,1	0,1	-96,0%	-61,0%
TOTAL_IRPC	1.293,9	561,0	139,1	-56,6%	-75,2%

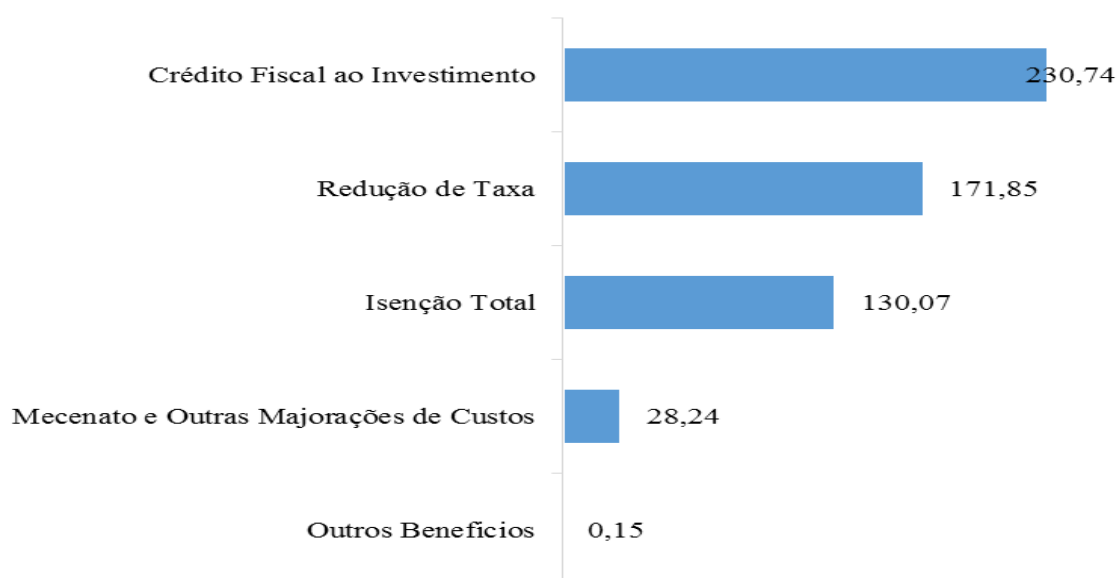
Estimativa

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

148. Por outro lado, nota-se que a modalidade de isenção total mantém a tendência verificada desde 2018 que se traduz na queda no ranking das modalidades mais utilizadas, consequentemente atrás do CFI (231 milhões de CVE) e da Redução de Taxa (172 milhões CVE), ficando na 3ª posição relativamente ao exercício de 2020.

Gráfico 19 - Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de Benefício Fiscal - Ano 2020

(em milhões de CVE)



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

11.1.1.2. Despesa Fiscal em sede do IRPC, por sector de atividade

149. Importa referir que apesar de ter sofrido uma diminuição bastante acentuada no que respeita à absorção de benefícios fiscais, o sector do turismo (vide tabela abaixo) foi, à semelhança dos anos anteriores, o sector que mais benefícios fiscais consumiu em 2020.

Tabela 17 - Despesa Fiscal em sede de IRPC, por Sector de Atividade

(em milhões de CVE)

SECTOR DE ACTIVIDADE	2019	2020	2021E	VARIACÃO	
				2020 / 2019	2021 / 2020
Turismo	892,5	265,3	4,0	-70,3%	-98,5%
Indústria	124,3	101,1	47,1	-18,6%	-53,4%
Instituições Financeiras	155,5	88,0	22,6	-43,4%	-74,3%
Energia	46,4	36,3	26,8	-21,8%	-26,2%
Comércio	17,2	17,2	6,9	0,0%	-59,8%
Transportes	6,4	9,6	0,4	50,0%	-95,5%
Outros	51,6	43,5	31,3	-15,6%	-28,2%
TOTAL_DGCI	1.293,9	561,0	139,1	-56,6%	-75,2%

E-Estimativa

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

150. Ao nível do sector do turismo, destacam-se as seguintes empresas que mais benefícios fiscais absorveram em 2020: Lhana Beach Resort (83 milhões de CVE), Cabotel – Hotelaria e Turismo (56 milhões de CVE), Sal Hotéis (30 milhões de CVE), Dunas Beach Resort (25 milhões de CVE) e White Sands Beach Hotel & Spa (25 milhões de CVE). Essas cinco empresas foram responsáveis pela absorção de cerca de 220 milhões de CVE, ou seja, 82,9% do total de benefícios fiscais usufruídos pelas empresas desse sector.

151. O sector financeiro, em 2020, foi responsável pela absorção de cerca de 18% do total dos benefícios fiscais concedidos, ocupando a segunda posição do ranking, conforme o gráfico acima. De referir que as empresas deste sector que mais benefícios fiscais absorveram em 2020 foram: Banco BIC Cabo Verde, SA (73 milhões de CVE), Banco Cabo-verdiano de Negócios, SA (14,8 milhões de CVE), Banco Interatlântico, SA (9 milhões de CVE) e Banco de Fomento Internacional, SA (4 milhões de CVE). Essas quatro empresas foram responsáveis pela absorção de

101 milhões CVE, ou seja, 99,5% do total dos benefícios fiscais concedidos a este sector.

152. O sector da indústria beneficiou de 88 milhões de CVE, ou seja, 15,7% do total dos incentivos fiscais consentidos pelo Estado de Cabo Verde em 2020. As empresas do sector da indústria que mais benefícios fiscais absorveram em 2020 foram: FRESCOMAR, SARL (20 milhões de CVE), MOAVE, SA (17 milhões de CVE), Águas de Ponta Preta, Lda. (13 milhões de CVE) e SITA, SARL (13 milhões de CVE). Essas quatro empresas absorveram em 2020 cerca de 62 milhões de CVE, ou seja, 61,7% do total consentido ao sector.
153. Os restantes sectores de atividade, conforme se pode constatar na tabela acima, absorveram, em conjunto, cerca de 107 milhões de CVE, ou seja, 19% do total dos benefícios fiscais concedidos em 2020.

11.1.1.3. Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Concelho

154. De acordo com a tabela abaixo, os concelhos do Sal (46,8%), Praia (31%), S. Vicente (10,5%) e Boavista (6,3%) absorveram em 2020 cerca de 95% dos benefícios fiscais concedidos nesse ano, totalizando a quantia de 531 milhões de CVE.

Tabela 18 - Despesa Fiscal em sede de IRPC, por Concelho

(em milhões de CVE)

CONCELHO	2020	2021	VARIAÇÃO 2021/2020
Sal	262,4	5,9	-97,7%
Praia	173,8	57,3	-67,0%
S. Vicente	58,9	48,1	-18,4%
Boavista	35,4	0,6	-98,2%
Porto Novo - SA	0,9	1,0	18,2%
Ribeira Grande - SA	0,7	0,6	-2,8%
Paúl - SA	0,6	-	-100,0%
Sta Catarina - ST	0,1	0,2	40,8%
Maio	0,0	-	-100,0%
Tarrafal - SN	-	0,8	0,0%
Total Concelhos	532,8	114,7	-425,2%
Mecenato e Outras Majorações de Custos	28,2	24,4	-13,6%
TOTAL_DGCI	561,0	139,1	-75,2%

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

155. De notar que, nos concelhos do Sal e da Boavista, as empresas que mais benefícios fiscais usufruíram em 2020, estão afetas ao sector do turismo. Enquanto na Praia as empresas que mais benefícios fiscais usufruíram são empresas que laboram no sector financeiro. Por seu turno, as empresas do sector da indústria foram aquelas de que mais benefícios fiscais usufruíram em São Vicente no ano fiscal 2020.

11.1.1.4. Despesa Fiscal em sede do IVA – Mercado Interno, por modalidade de BF

156. Em termos gerais, a despesa fiscal decorrente da concessão de benefícios fiscais em sede do IVA (mercado interno) registou, em 2020, um aumento de 15,4% em face do valor registado no período homólogo de 2019. De referir que essa variação positiva foi impulsionada, fundamentalmente, pelo aumento do consumo de bens essenciais tributados à Taxa Zero e do consumo de bens tributados à taxa especial (como por exemplo, o gás butano), que, no período em apreço, registaram aumentos de 20,2% e 85%, respetivamente.

157. As restantes modalidades, designadamente: isenção simples (isenção de prestação de serviços ao abrigo do artigo 9º do CIVA) e restituições do IVA (devolução do IVA às representações diplomáticas e aos organismos internacionais) registaram uma variação negativa de -56% e -21,3%, respetivamente.

Tabela 19 - Despesa Fiscal em sede do IVA_ Mercado Interno, por Modalidade de Benefício Fiscal

(em milhões de CVE)

MODALIDADE DE DESPESA FISCAL	2019	2020	2021E	VARIACÃO	
				2020 / 2019	2021 / 2020
Taxa Zero (Isenção Completa)	5.474,5	6.579,0	6.585,6	20,2%	0,1%
Taxa Especial (Taxa Reduzida)	203,2	376,0	381,6	85,0%	1,5%
Isenção Simples (isenção Incompleta)	526,9	229,0	231,3	-56,5%	1,0%
Restituição do IVA	66,7	52,5	52,8	-21,3%	0,5%
TOTAL IVA - Mercado Interno	6.271,3	7.236,5	7.251,3	15,4%	0,2%

E-Estimativa

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

11.1.2. Direção Geral das Alfândegas

158. Em 2020, os benefícios fiscais concedidos em sede aduaneira registaram um decréscimo na ordem de 7,1%, passando de 4.769 milhões de CVE em 2019 para 4.430 milhões de CVE em 2020.

11.1.2.1. Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por impostos

159. Conforme se pode verificar na tabela abaixo, a renúncia do IVA na importação registou um aumento de 2.250 milhões de CVE em 2019 para 2.461 milhões de CVE em 2020. Contrariamente, aos incentivos em sede dos demais impostos que sofreram redução em 2020.

Tabela 20 - Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por imposto

(em milhões de CVE)

ISENÇÕES POR IMPOSTOS	2019	2020	2021E	VARIÇÃO	
				2020 / 2019	2021 / 2020
Direitos de Importação	1.969	1.632	1.529	-17,1%	-6,3%
Taxa Comunitária	50	46	37	-8,6%	-18,1%
Imposto Sobre Consumos Especiais	504	291	595	-42,2%	104,4%
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.250	2.461	1.871	9,4%	-24,0%
TOTAL DGA	4.772	4.430	4.033	-7,2%	-9,0%

E-Estimativa

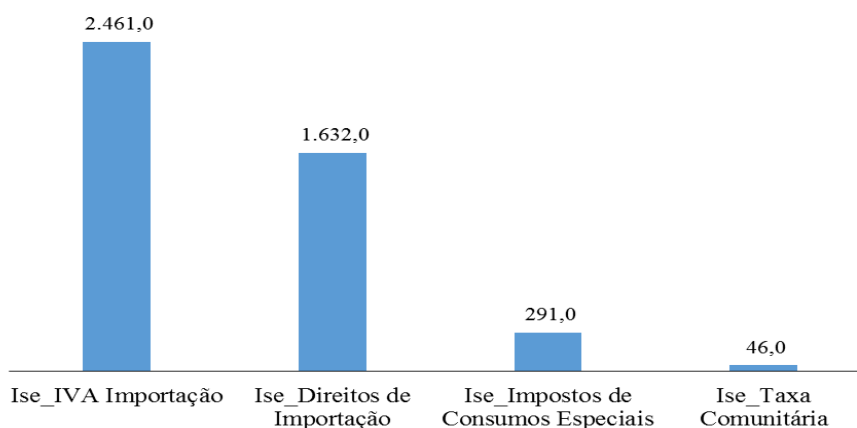
Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

160. As entidades que mais benefícios fiscais de natureza aduaneira usufruíram em 2020 foram: Hotel Rio Ponta Cino (1.062 milhões de CVE), Projeto de Construção do Novo Campus da UNICV (301 milhões de CVE), EMPROFAC, SARL (156 milhões de CVE), Antão Shipping, LDA (154 milhões de CVE) e Empresa de Eletricidade e Água, SA (141 milhões de CVE).

161. Essas cinco entidades absorveram 1.814 milhões de CVE em 2020, ou seja, 40,9% do total de benefícios de natureza aduaneira concedidos pelo Estado de Cabo Verde em 2020.

Gráfico 20 - Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por imposto – Ano 2020

(em milhões de CVE)



Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

11.1.2.2. Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por sector de atividade

162. A par dos sectores da indústria e dos incentivos concedidos aos emigrantes cabo-verdianos que regressam definitivamente ao País (NRRD), o sector do turismo, apesar de ter sofrido uma redução de 24,5% relativamente ao montante de benefícios fiscais de natureza aduaneira auferidos no ano 2019, continua a ser aquele que mais benefícios fiscais de natureza aduaneira absorveu em 2020.
163. Destaque-se que dos sectores de atividades referidos na tabela abaixo que registaram maior crescimentos, em termos de absorção de benefícios aduaneiros, foram os seguintes: saúde (603,4%), telecomunicações e internet (335,3%), ajd – serviços públicos, exceto autarquias (130%) e marinha mercante e indústria de transportes marítimos (100,7%).
164. Por sua vez, os sectores com menor crescimento durante o ano de 2020 foram os seguintes: transportes aéreos (-77,9%), táxis (-66 %), nrrd – não residentes regressados definitivamente ao país (-43,5%), turismo (-24,5%) e empresa francas (-23,6%).

Tabela 21 - Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por sector de atividade

(em milhões de CVE)

SECTOR DE ATIVIDADE	2019	2020	2021E	VARIACÃO	
				2020 / 2019	2021/2020
NRRD - NAO RESIDENTE REGRESSADO DEFINITIVAMENTE	830,13	468,72	1.061,64	-43,5%	126,5%
INDUSTRIA	664,04	580,71	564,86	-12,5%	-2,7%
TURISMO	1.681,15	1.268,44	453,38	-24,5%	-64,3%
AJD - SERVICOS PUBLICOS (EXCEPTO AUTARQUIAS)	97,63	224,54	239,75	130,0%	6,8%
AJD - PROJECTOS DE OBRAS PUBLICAS	398,62	460,84	230,21	15,6%	-50,0%
TELECOMUNICACOES E INTERNET	13,80	60,05	226,73	335,3%	277,6%
SAUDE	42,68	300,23	203,31	603,4%	-32,3%
AJUDAS AO DESENVOLVIMENTO	167,66	226,19	168,97	34,9%	-25,3%
AJD - CONFISSOES RELIGIOSAS	38,05	46,05	133,80	21,0%	190,6%
EMPRESAS FRANCAS	83,06	63,46	91,26	-23,6%	43,8%
PROG.EMERG.MITIG.SECA/MAU ANO AGRIC	39,56	36,02	86,34	-9,0%	139,7%
CONCESSIONARIOS DE AEROPORTOS	35,34	37,36	57,36	5,7%	53,5%
TAXIS	99,12	33,68	55,72	-66,0%	65,4%
SERVICOS PUBLICOS	1,50	8,54	46,11	470,0%	440,2%
REG. ESP. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	24,65	20,95	41,81	-15,0%	99,5%
MARINHA MERCANTE E INDUSTRIA DE TRANSP. MARITIMO	95,80	192,23	37,41	100,7%	-80,5%
PARTIDOS POLITICOS	-	10,63	33,57	#DIV/0!	215,8%
AGRICULTURA SIVICULTURA E PECUARIA	21,93	32,19	31,11	46,8%	-3,4%
AJD - AUTARQUIAS LOCAIS	57,66	83,97	29,22	45,6%	-65,2%
AJD - ASSOCIACOES (EXCEPTO ASS. COM. DE BASE)	19,65	20,62	28,63	5,0%	38,9%
TRANSPORTES AEREOS	95,38	21,09	23,00	-77,9%	9,0%
PESCAS	27,04	28,78	22,82	6,4%	-20,7%
AUTARQUIAS LOCAIS	63,53	73,08	20,87	15,0%	-71,4%
OUTROS	173,89	131,99	145,03	-24,1%	9,9%
TOTAL_DGA	4.771,87	4.430,34	4.032,90	-7,2%	-9,0%

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

11.1.2.3. Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Concelho

Tabela 22 - Despesa Fiscal de natureza Aduaneira, por Concelho

(em milhões de CVE)

CONCELHO	2019	2020	2021E	VARIACÃO	
				2020 / 2019	2021 / 2020
Praia	1.920,60	1.954,90	2.477,85	1,8%	26,8%
Sal	1.763,80	1.442,80	490,50	-18,2%	-66,0%
Boa Vista	227,80	71,50	75,00	-68,6%	4,9%
S. Vicente	540,10	646,40	684,45	19,7%	5,9%
Outros	319,50	314,60	305,40	-1,5%	-2,9%
TOTAL_DGA	4.771,80	4.430,20	4.033,20	-7,2%	-9,0%

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

11.2. Estimativa da Receita Cessante para o Ano Fiscal 2022

165. De acordo com as Diretrizes do Orçamento de Estado para 2022, a economia deverá crescer cerca de 6% no ano económico 2022. Entretanto, segundo o referido documento o volume da atividade económica situar-se-á ainda em níveis abaixo do volume do ano pré-crise pandémica. Todavia, tendo em conta que durante o ano de 2021 foram celebradas cinco convenções de estabelecimentos visando a implementação dos seguintes projetos de investimento: Hotel Four Points by Sheraton Mindelo, Flor de Sal, Radisson Praia & Conference Center, Ocean Cliffs Resort e Plateau Water Front Center, considerando a possibilidade de alguns desses projetos de investimentos poderem ter início em 2022, estima-se que as receitas cessantes para o ano económico de 2022 evoluam nos termos apresentados no quadro que se segue.

Tabela 23 - Estimativa da Receita Cessante DGCI, para o ano económico 2022

(em milhões de CVE)

MODALIDADES DE BF	2019	2020	2021E	2022P
Isenção Total	372,9	130,1	17,4	156,1
Redução de Taxa	235,2	171,8	35,1	206,2
Crédito Fiscal ao Investimento	659,6	230,7	62,2	276,9
Mecenato e Outras Majorações de Custos	22,5	28,2	24,4	33,9
Outros Benefícios	3,7	0,1	0,1	0,2
IVA - Mercado Interno	6.271,3	7.236,5	7.251,3	7.252,4
TOTAL BF_DGCI	7.565,2	7.797,5	7.390,3	7.925,7

E-Estimativa P-Projeção

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

Tabela 24 - Estimativa da Receita Cessante DGA, para o ano económico 2022

(em milhões de CVE)

ISENÇÕES POR IMPOSTOS	2019	2020	2021E	2022P
Direitos de Importação	1.969	1.632	1.529	1.468
Taxa Comunitária	50	46	37	43
Imposto Sobre Consumos Especiais	504	291	595	476
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.250	2.461	1.871	2.368
TOTAL DGA	4.772	4.430	4.033	4.355

E-Estimativa P-Projeção

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

Tabela 25 - Estimativa da Receita Cessante DGCI e DGA, para o ano económico 2022

(em milhões de CVE)

BENEFÍCIOS FISCAIS E ADUANEIROS	2019	2020	2021E	2022P
Direção Geral das Contribuições e Impostos	7.565,20	7.797,55	7.390,35	7.925,68
Direção Geral das Alfândegas	4.771,80	4.430,10	4.032,60	4.354,74
TOTAL DGCI + DGA	12.337,00	12.227,65	11.422,95	12.280,42

E-Estimativa P-Projeção

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial